

# Relatório Integrado de Gestão

# 2021

# SUMÁRIO

## 1

### 03 MENSAGEM DO DIRIGENTE

## 3

### 09 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

- 12 Programa de Integridade
- 13 Transparência
- 14 Contenciosos
- 15 Governança nas Empresas Estatais
- 15 Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 16 Determinações e Recomendações de Órgãos de Controle

## 5

### 24 RESULTADOS DE GESTÃO

- 24 Seguro de Crédito à Exportação (SCE)
- 26 Garantias para Infraestrutura (FGIE)
- 33 Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR)

## 7

### 55 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 2

### 05 VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- 06 Estrutura Organizacional
- 06 Pilares de Negócios
- 07 Programa Nacional de Desestatização (PND)
- 07 Continuidade do Seguro de Crédito à Exportação (SCE)
- 08 Estruturação de Garantias para Infraestrutura (FGIE)
- 08 Gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR)

## 4

### 17 ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

- 17 Planejamento Estratégico e Plano de Negócios
- 19 Governança Corporativa

## 6

### 38 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- 38 Gestão Orçamentária e Financeira
- 42 Gestão de Pessoas
- 47 Gestão de Licitações e Contratos
- 50 Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- 50 Sustentabilidade Ambiental
- 52 Gestão da Tecnologia da Informação

## 8

### 62 ADMINISTRAÇÃO

# 1

## MENSAGEM DO DIRIGENTE

O ano de 2021, assim como o ano de 2020, foi marcado pela pandemia da COVID-19 e nossas atividades permaneceram sendo desenvolvidas em “home office”, com a Direção preocupada em preservar a saúde e o bem-estar dos funcionários, bem como atendendo as normas sanitárias estabelecidas. A ABGF se empenhou em superar as adversidades, buscando formas de adaptação a esse novo cenário mundial, contando com a competência de seus profissionais e investindo na otimização dos processos e tecnologias, de modo a manter o atendimento permanente das equipes que trabalharam on-line. Foi mais um ano com muitos desafios, mas conseguimos realizar nossas atividades de forma a cumprir nosso planejamento estratégico, alcançando assim os resultados almejados.

Em 2021 mantivemos o equilíbrio e a sustentabilidade econômico-financeiro, continuando a executar as políticas públicas por meio da administração de fundos garantidores e prestação de serviços relativos ao seguro de crédito à exportação, com recursos do FGE, além do empenho voltado à racionalização de custos, redução de despesas, sendo que os investimentos foram voltados as melhorias no sistema produtivo, agilidade e segurança dos processos. Como resultado, pela primeira vez a ABGF alcançou 0,86 no índice de eficiência operacional, ou seja, a Empresa foi capaz de gerar resultados apenas com as receitas provenientes de seus serviços.

No que tange às linhas de negócios da ABGF, buscando a incorporação do conhecimento tácito aos procedimentos formais da Empresa, foram elaborados repositórios de informações estruturadas em documentos, manuais e o desenvolvimento de sistemas, consolidando assim os conhecimentos adquiridos nas rotinas de trabalho.

Em relação ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE), com amparo no Fundo de Garantias às Exportações (FGE), tendo em vista a restrição orçamentária e a avaliação de um novo modelo de apoio oficial às exportações por parte do Governo Federal, as operações do SCE permaneceram contingenciadas. Entretanto, a ABGF vem cumprindo seu papel no acolhimento e análise das operações, bem como na regulação dos sinistros avisados. Registra-se o aumento no volume de operações no segundo semestre de 2021, apesar da restrição orçamentária, proveniente da recuperação da economia, as quais foram atendidas conforme a nossa capacidade.

Quanto ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), a garantia concedida em 2019 para o município de Salto-SP encontra-se vigente, com previsão de conclusão em 2044, apoiando a continuidade da execução da Parceria Pública Privada (PPP) para prestação de serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos naquele Município. Em maio de 2021 a Lei nº 14.227/2021 definiu a reestruturação do FGIE, que fará parte de novo Fundo a ser criado e administrado por instituição financeira. Em dezembro, o Decreto nº 10.918/2021, estabeleceu que, até a criação do novo fundo, a ABGF continuará exercendo a administração do FGIE e não estando mais autorizada a contratar novas operações com lastro no Fundo, além daquelas em curso em 19.05.2021.

No que se refere ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), a ABGF realizou a apuração anual do resultado que, mais uma vez, apresentou resultado positivo. Importante apontar que 2021 o Ministério da Economia promoveu a centralização e liberação das fontes de recursos oriundos do superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo Federal destinado à amortização da Dívida Pública da União.

Assim, foram realizadas transferências vultosas de recursos à União que impactarão nos resultados financeiros do referido Fundo no próximo exercício. Somado a essa questão, a SUSEP estabeleceu como facultativa a adesão ao FESR para todos os ramos, inclusive o seguro de penhor rural, até então considerada obrigatória. Esse novo regramento pode impactar substancialmente o montante de prêmios de seguros emitidos com cobertura do FESR, já que o ramo de Penhor Rural é responsável, até então, por aproximadamente 60% destes prêmios.

A ABGF permanece desempenhando suas atividades no sentido de contribuir para a execução de políticas públicas enquanto aguarda definição do Governo Federal quanto ao modelo de desestatização, tendo em vista a sua qualificação no Programa Nacional de Desestatização (PND), em setembro de 2019.

Dentre as principais iniciativas da área de Tecnologia da Informação está o aprimoramento do Sistema de Gerenciamento de Sinistros (SGS) com o desenvolvimento dos módulos de ressarcimento e recuperação e atuarial, além da implementação de soluções de segurança cibernética.

Cabe destacar, ainda, a contratação de consultoria especializada para auxiliar a ABGF na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados, de forma a manter a Empresa em conformidade com a legislação vigente.

Em dezembro, realizamos a revisão do Planejamento Estratégico ciclo 2022-2026, mantendo como principais direcionadores a continuidade operacional da ABGF e a qualidade na execução dos serviços prestados à União relacionados a prestação de garantias e administração de fundos. Nossa missão é “contribuir para a execução das políticas públicas relativas à administração de fundos e operacionalização de garantias prestadas com recursos da União”, amparada nos valores de integridade, eficiência e qualidade.

O Relatório Integrado de Gestão, retrata as informações e dados que traduzem a nossa atuação em 2021 apresentando as ações, desafios, resultados e valor entregues ou em curso, buscando manter o compromisso com a sociedade, com o País, com o acionista e com o corpo funcional, entendendo que governança, conformidade e integridade são pilares de sustentação para alcance dos objetivos estratégicos da Empresa, bem como na geração de valor à sociedade.

A prestação de contas dá transparência à gestão e compartilha o desenvolvimento de ações no uso dos recursos orçamentários aplicados, a fim de garantir o monitoramento e dos órgãos de controle da administração pública e o controle social.

A Alta Administração da ABGF mantém seu compromisso em assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) na elaboração do Relatório Integrado de Gestão, por meio da construção coletiva de seus funcionários, orientados de acordo com os parâmetros da estrutura adotada pelo TCU, para divulgar informações relevantes e estratégicas da nossa administração, sempre buscando o alinhamento e integração com os órgãos do governo brasileiro no que tange às políticas públicas em nossa área de atuação.

**Octávio Luiz Bromatti**

Presidente da ABGF



# 2

## VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, conforme disposto na Lei nº 12.712/2012, vinculada ao Ministério da Economia, com prazo de duração indeterminado e com a finalidade, entre outras, de administrar fundos garantidores e prestar garantias às operações de riscos complementar a atuação do mercado privado, visando contribuir para a viabilização de políticas públicas. A ABGF tem sede e foro em Brasília-DF, com atuação em todo o território nacional.

O capital social da ABGF é de R\$ 237.370.916,71 (duzentos e trinta e sete milhões, trezentos e setenta mil novecentos e dezesseis reais e setenta e um centavos), divididos em 50.00 (cinquenta mil) ações ordinárias ou preferenciais nominativas, sem valor nominal, integralmente sob a propriedade da União. A ABGF não possui subsidiárias, escritórios no exterior ou participações societárias, contando apenas com a participação em cotas no Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE).

AÇÕES ORDINÁRIAS	31.12.2021
União	100%
Outras Entidades Governamentais	0%
Ações em tesouraria	0%
% Governo	100%
<b>% TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: Estatuto Social da ABGF

Obs: a ABGF não possui participações em outras sociedades.

### Identidade Institucional

A Identidade Institucional da ABGF, que retrata o ciclo 2021-2025 do Planejamento Estratégico consolida o seu papel social na condução de suas linhas de negócios, bem como sua contribuição para a execução de políticas públicas a elas associadas, sendo composto por Missão, Visão e Valores, conforme apresentado a seguir:

#### Missão:

Contribuir para a execução das políticas públicas relativas à administração de fundos e operacionalização de garantias prestadas com recursos da União.

#### Visão:

Ser efetiva na execução de serviços relacionados à prestação de garantias e administração de fundos.

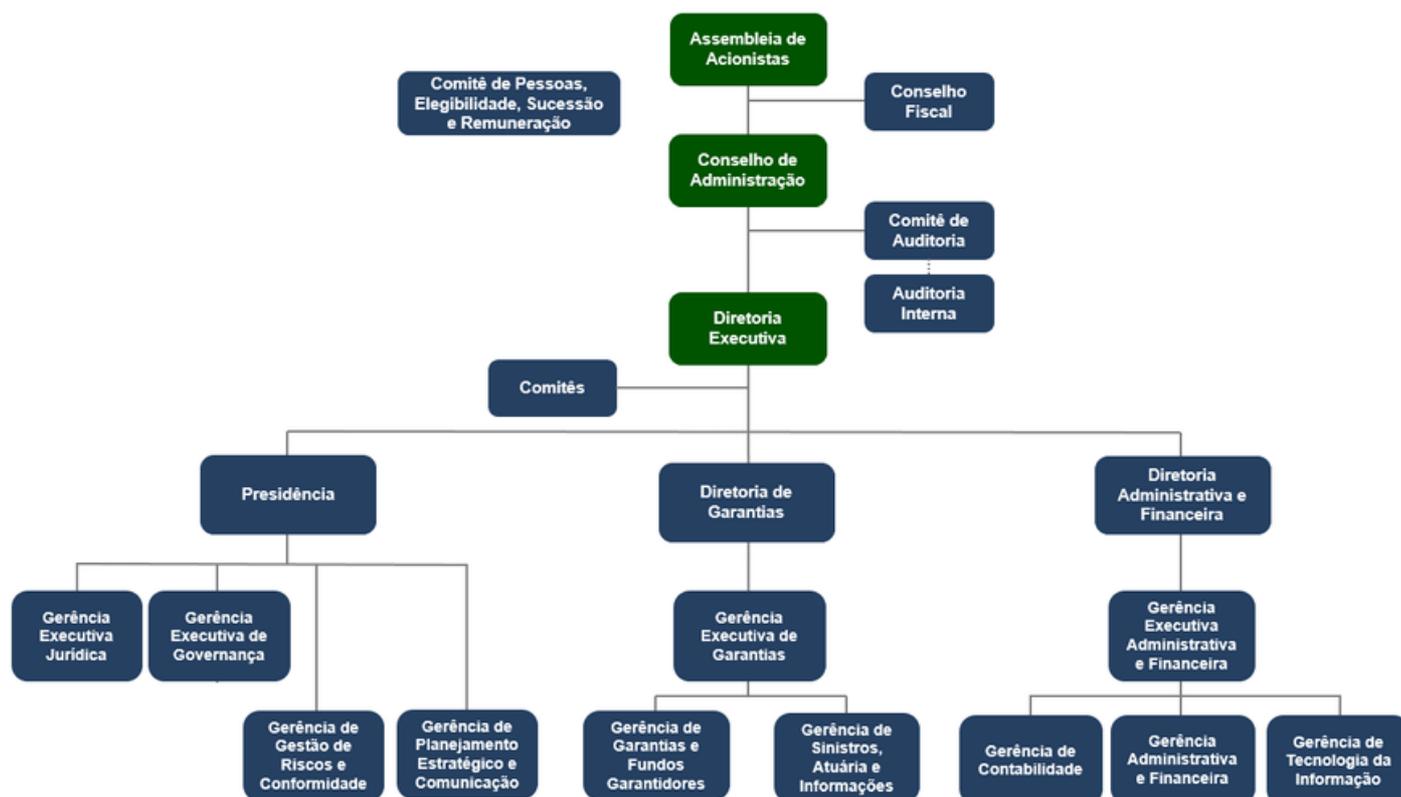
#### Valores:

Integridade, Eficiência e Qualidade.

# Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da ABGF é definida a partir do Estatuto Social, que estabelece a composição estatutária da Diretoria Executiva, cuja organização administrativa e funcional encontra-se apresentada no Regimento Interno.

A Empresa é composta pelo Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor de Garantias. Cada Diretoria é responsável por áreas que são administradas por seus gestores de acordo com as competências e atribuições necessárias para o regular funcionamento da Empresa sendo que, atualmente, de forma interina, o Presidente acumula a Diretoria Administrativa e Financeira.



Fonte: Regimento Interno da ABGF.

## Pilares de Negócios

Os principais pilares de negócios da ABGF são a prestação de serviços ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE), as Garantias de Infraestrutura (FGIE), e a Gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FSR).

A ABGF está contratada pelo Governo Federal para a execução dos serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que é um fundo de natureza contábil, com a finalidade de cobrir garantias prestadas pela União nas operações. O FGE apresentava patrimônio líquido de R\$ 36,99 bilhões em 31 de dezembro de 2021.

Em relação ao desenvolvimento de Garantias para Infraestrutura, a ABGF é a administradora e a gestora do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) que, em 31 de dezembro de 2021, tinha um patrimônio líquido de R\$ 785 milhões. Destaca-se que em 2021, não foram analisados novos projetos de infraestrutura para garantia do FGIE. O Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), de natureza contábil e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), apresentava patrimônio líquido de R\$ 266,1 milhões, ao final de dezembro de 2021. O Fundo é gerido pela ABGF que faz a apuração do resultado de cada exercício e procede à cobrança das contribuições devidas pelas empresas seguradoras e resseguradoras locais habilitadas e ainda das indenizações de parte de seus sinistros retidos a estas mesmas empresas. As contribuições para o Fundo somaram R\$ 138,4 milhões e as indenizações R\$ 31,1 milhões referentes às apurações do exercício de 2020, recebidas e pagas pelo FESR no 1º semestre de 2021.

## **Programa Nacional de Desestatização (PND)**

Em 06.09.2019, foi publicado o Decreto nº 10.007 que qualificou a ABGF no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) e a inclui no Programa Nacional de Desestatização (PND). O Decreto designou, ainda, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da ABGF.

Com a qualificação da ABGF no Programa Nacional de Desestatização (PND), a ABGF, a partir de orientação do Ministério da Economia, vem desenvolvendo um conjunto de ações junto aos órgãos intervenientes, visando a transferências dos serviços para outros entes a serem designados por aquele Ministério.

Nesse sentido, para que as atividades relacionadas a prestação de serviços à União e administração de fundos garantidores sob sua gestão não sofram solução de continuidade, a Empresa continua criando repositórios de informações estruturadas em documentos, manuais e sistemas, transformando os conhecimentos adquiridos em processos para que, tão logo sejam definidos os novos gestores para os negócios em que atua, possa efetuar a transferência dos serviços de forma a não impactar sua execução. Até 31.12.2021 não houve definição quanto ao modelo de desestatização a ser adotado pela Empresa.

## **Continuidade do Seguro de Crédito à Exportação (SCE)**

A ABGF presta serviços para a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, do Ministério da Economia, na execução dos serviços de SCE previstos na Lei nº 6.704/1979 e cobertos com recursos do FGE, fundo este de natureza contábil, cujos recursos integram a conta única do Tesouro Nacional.

Os serviços prestados pela ABGF incluem análise, acompanhamento, monitoramento, gestão dos riscos e das coberturas de seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE, em operações com prazo superior a dois anos, denominadas de Médio e Longo Prazo (MLP), bem como gestão de sinistros dessas operações.

Em novembro de 2020, foram suspensas as atividades de transferência dos serviços executados pela Empresa para a SE-CAMEX, a pedido daquela Secretaria Executiva. Assim, o ano de 2021 foi dedicado a manutenção dos trabalhos relacionados ao contrato, atualização de manuais de procedimentos, bem como atendimento a demanda de operações, até que sejam retomadas as atividades de transição, ainda a serem definidas pela SE-CAMEX. Em dezembro de 2021, o Contrato de Prestação de Serviços com a União foi renovado até 31.04.2022.

## **Estruturação de Garantias para Infraestrutura (FGIE)**

A necessidade de promover o ajuste fiscal nas despesas públicas impõe a busca por novas fontes de recursos para o financiamento de projetos estruturantes para o país, com a ampliação da infraestrutura em diversas frentes, como transporte, logística, energia, telecomunicação, tecnologia da informação e outras. É nesse contexto que a ABGF realiza a gestão do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), com capacidade para estruturar garantias aos projetos de infraestrutura de interesse da União.

A ABGF permaneceu como Administradora do FGIE, conforme previsto no art. 33 da Lei nº 12.712, de 30.08.2012, até a publicação da Medida Provisória nº 1052/2021, convertida na Lei nº 14.227, em 20.10.2021, que autoriza a União a criar fundo para financiar projetos de concessão e Parcerias Público-Privadas – PPP, a partir da reestruturação do FGIE, altera/insere dispositivos na Lei nº 12.712/2012, principalmente com relação à sua gestão, que passa a ser administrado e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira.

Em 29.12.2021, foi publicado o Decreto nº 10.918, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável e sobre o Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, que substituirá o FGIE. Esse dispositivo mantém a ABGF na administração do novo Fundo até a contratação da instituição financeira, bem como estabelece no §2º do artigo 11 do referido Decreto, que a ABGF não está autorizada a contratar novas operações amparadas no FGIE.

## **Gestão do Fundo de Estabilidade Rural (FESR)**

A ABGF desenvolveu internamente o Sistema de Gestão do FESR (SGFESR), com o objetivo de aprimorar e modernizar o processo de apuração do Fundo e a comunicação entre a ABGF e as seguradoras participantes, permitindo o recebimento de documentação das seguradoras, além de consolidar em ambiente acessível, via internet, os dados dos participantes do Fundo. O SGFESR é utilizado para realizar todo o procedimento de gestão do Fundo e apuração de seus resultados, racionalizando recursos e automatizando processos e vem sendo continuamente aprimorado para conferir maior celeridade, segurança e transparência a todas as etapas de apuração do resultado do Fundo.

# 3

## GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A ABGF conta com um modelo estruturado de gestão de riscos e controle interno em três camadas, as quais envolvem as unidades gestoras dos processos, a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade e a Auditoria Interna, de forma a possibilitar a identificação, a avaliação dos riscos cujos impactos possam comprometer os objetivos estratégicos da Empresa e a quantificação de possíveis perdas por eles ocasionadas. Isso permite que a unidade realize mecanismos e ações de controle que mitiguem os riscos identificados e facilitem a continuidade dos negócios. A ABGF contrata, ainda, auditores independentes para examinar e opinar sobre todas as demonstrações contábeis e financeiras e dos fundos geridos pela Empresa.

A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, disponível no site da ABGF: (<https://www.abgf.gov.br/sobre/politicas/>) estabelece as diretrizes e responsabilidades a serem observadas, para todas as instâncias da Empresa, na gestão dos riscos incorridos pela ABGF, bem como assegurar um ambiente interno de conformidade e controles.



Fonte: Política de Gestão de Riscos e Controles Internos e Sistema de Controles Internos da ABGF

A gestão dos riscos é responsabilidade de todos os funcionários, de forma que a ABGF adota três camadas de controle:

1ª camada de controle: gestores e responsáveis diretos pelos processos, no âmbito de suas atribuições, responsável direto pela conformidade e gestão dos riscos e controles de seus processos;

2ª camada de controle: Gerência de Gestão Riscos e Conformidade, por meio da prestação de assessoria na identificação dos riscos operacionais, é responsável pelas verificações do cumprimento dos controles e da conformidade com os regulamentos internos e externos;

3ª camada de controle: Auditoria Interna, responsável pelas avaliações independentes e sistematizadas.

A política da ABGF tem por base os seguintes princípios:

- Aderência à integridade, aos valores éticos e ao Código de Conduta e Integridade da ABGF;
- Disseminação de informações necessárias ao fortalecimento da cultura e da valorização dos controles internos da gestão;
- Clara definição dos responsáveis pelos controles internos e pela gestão de riscos aos quais a ABGF está exposta; e
- Comunicação do resultado da avaliação dos controles internos da gestão aos responsáveis pela adoção de ações corretivas, incluindo a alta administração.

Os princípios básicos de gestão de riscos e controles internos permeiam todas as atividades da ABGF, devendo ser aplicados de forma integrada a fim de contribuir para a conformidade e na eficiência da gestão da Empresa.

A gestão de riscos e controles internos é dinâmica, integrada e adaptável às mudanças, na medida dos acontecimentos externos e internos, que modifiquem o ambiente da ABGF. Para tanto, as avaliações de riscos observam as informações disponíveis, permitindo o tratamento dos riscos e a implementação de controles internos de forma tempestiva e apropriada, pois a gestão dos riscos é responsabilidade de todos os funcionários. O modelo de gestão de riscos da ABGF está fundamentado em metodologia própria que tomou por base as metodologias de gestão de riscos do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) e da ISO 31000 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O COSO define o gerenciamento de riscos como “um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Empresa no que se refere à eficiência e à efetividade operacional, confiança nos registros contábeis e financeiros e conformidade com regras externas e internas”. A ISO 31000 define que o ato de gerenciar riscos é “iterativo e auxilia as organizações no estabelecimento de estratégias, no alcance de objetivos e na tomada de decisões fundamentadas”.

Estas metodologias são a base para a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da ABGF, que estabelece as diretrizes e responsabilidades a serem observadas para todas as instâncias da Empresa, na gestão dos riscos incorridos, bem como assegurar um ambiente interno de conformidade e controles.

A estrutura de gerenciamento de riscos da ABGF é composta pelos seguintes elementos: ambiente interno, fixação de objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta a riscos, atividades de conformidade e controles internos, informação, comunicação, e, por fim, monitoramento.

Para tanto, foi definido um glossário de riscos como apoio de referência nos levantamentos dos riscos da ABGF, explicitando os pilares de riscos que a Empresa está exposta. Esses pilares reúnem os quatro principais agrupamentos de riscos: Estratégico, Operacional, Imagem/Reputacional, Legal, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez. Esses pilares de riscos e as principais ações de mitigação associadas a cada um deles são detalhados no quadro a seguir.

	Principais Riscos	Mitigadores
<b>Estratégico</b>	Perdas resultante de incerteza que afetam a realização das diretrizes estratégicas da Empresa, ou seja, do insucesso das estratégias adotadas, levando-se em conta a dinâmica dos negócios (concorrência, clientes, fornecedores e investimentos) e as alterações políticas e econômicas no País e fora dele.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Disseminar os objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico a todos os níveis da Empresa, bem como sua missão, visão e valores;</li><li>• Acompanhar e monitorar os indicadores de desempenho, a fim de cumprir os objetivos institucionais e metas estabelecidas</li><li>• Fortalecer a cultura ética na ABGF.</li></ul>

	Principais Riscos	Mitigadores
<b>Legal</b>	Perdas decorrente de atos de órgãos externos de supervisão e controle, bem como decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorar processos judiciais e administrativos de forma a identificar as probabilidades de perda, a fim de permitir a atuação tempestiva da Empresa.</li> </ul>
<b>Imagem</b>	Comprometimento da confiança dos clientes, parceiros, fornecedores e sociedade em relação à capacidade da ABGF em cumprir sua missão institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar e tratar as situações que possam afetar adversamente a sustentabilidade do negócio, com base na Política de Divulgação de Informações, de Relacionamento com a Imprensa e Porta-Vozes.</li> </ul>
<b>Liquidez</b>	Perda resultante do descasamento entre a entrada de recursos (recebimento de prêmios, recuperações e prestações de serviço) para atender às exigências de caixa que impactem o cumprimento de obrigações/compromissos programados, levando em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Observar o disposto na Política de Gestão de Caixa e Investimentos da ABGF.</li> <li>Monitorar o volume de capital disponível, para que o mesmo seja suficiente para saldar seus compromissos, sejam para despesas operacionais ou para a cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.</li> <li>Manter os níveis de ativos com alto grau de conversibilidade em espécie compatível com a necessidade de cobertura de passivos e outras destinações previstas para o curto prazo.</li> </ul>
<b>Operacional</b>	Comprometimento das atividades da ABGF, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, bem como eventos relacionados à corrupção, fraudes, irregularidades e/ ou desvios éticos e de conduta em desacordo com os valores e padrões preconizados pela Empresa e a realização de seus objetivos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar, avaliar, tratar e monitorar periodicamente os riscos operacionais da Empresa utilizando metodologia própria, definida de acordo com as melhores práticas em gestão de riscos e controles internos.</li> <li>Observar, na identificação e análise do risco operacional, as perspectivas de exposição a riscos relacionados à corrupção, lavagem de dinheiro, segurança da informação, conformidade, fraude e continuidade de negócios.</li> <li>Observar o disposto nas Políticas Institucionais</li> <li>Avaliar os riscos operacionais a fim de assegurar a confiabilidade, a conformidade, a integridade, o exercício de alçadas decisórias, a disponibilidade das informações e dos processos da ABGF.</li> <li>Estabelecer controles proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício e destinados a agregar valor à ABGF.</li> </ul>
<b>Crédito</b>	Perdas decorrentes de descumprimento, pelo tomador ou contrapartes, das suas obrigações financeiras nos termos pactuados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adotar metodologias que permitam o monitoramento da classificação de risco de contrapartes, limites de exposição e de concentração, bem como a definição de critérios qualitativos e quantitativos a serem observados na concessão das garantias.</li> </ul>
<b>Mercado</b>	Perda resultante de flutuações de valores de mercado de posições detidas pela Empresa, bem como de perdas referentes à mudanças nas condições políticas, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Observar o disposto na Política de Gestão de Caixa e Investimentos.</li> <li>Monitorar os fatores de riscos que influenciam diretamente no retorno dos investimentos da Empresa, incluindo as posições de mercado e as condições econômicas e financeiras do Brasil e dos demais países.</li> </ul>
<b>Subscrição</b>	Perdas que contrariarem as expectativas da ABGF quando operando nas falhas do mercado segurador, associados, direta ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculos de prêmios, quotas e provisões técnicas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Observar o disposto na Política de Subscrição da ABGF;</li> <li>Adotar metodologias baseadas nas boas práticas de mercado que garantam a precificação adequada ao risco assumido.</li> <li>Garantir solvência da carteira utilizando-se provisões técnicas periodicamente testadas e avaliadas.</li> <li>Assegurar que as análises de risco observem a exposição ao risco e as características do produto.</li> <li>O Apetite ao Risco definido na Declaração de Apetite ao Risco.</li> </ul>

Fonte: Política de Gestão de Riscos e Controles Internos e Sistema de Controles Internos da ABGF

Considerando que os riscos da ABGF estão classificados em oito categorias, durante o ano de 2021 foram desenvolvidas ações de gerenciamento desses riscos com vista ao seu monitoramento e de mitigação, tais como: acompanhamento trimestral pela Alta Administração quanto ao andamento das ações estratégicas, bem como quanto à evolução dos indicadores de desempenho que permitem monitorar e identificar a necessidade de correção de rumos; monitoramento do andamento das ações judiciais, bem como o risco em que a Companhia está exposta, como também os processos administrativos junto à SUSEP.

Quanto às demais linhas de negócios – FESR e FGIE e SCE/ FGE –, não se identificou eventos e/ou intercorrências que tenham ou venham a expor a Companhia a riscos operacionais relevantes. Da mesma forma, com relação às atividades administrativas, também não se verificou fatos ou riscos relevantes que a Companhia estaria exposta que tenha ensejado ações para sua correção ou mitigação.

Com relação aos riscos de subscrição e de crédito, com a homologação pela SUSEP do cancelamento de autorização de funcionamento da ABGF junto aquela Autarquia, ainda no ano de 2020, a Companhia não estaria mais exposta a essas modalidades de riscos. Dessa forma, a ABGF realizou uma avaliação de suas políticas e categorias de riscos em 2021, para implementação no primeiro semestre de 2022.

Relativamente à aplicabilidade da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a fim de mitigar incidentes de segurança que venham a expor informações protegidas ao amparo daquela legislação, a ABGF contratou em 2021 consultoria especializada no levantamento e mapeamento de processos e sistema que tratam de dados pessoais, que estará auxiliando a ABGF na implementação da lei com a revisão de contratos, normativos, políticas, bem como no desenho dos processos considerando o tratamento adequado dos dados pessoais sob responsabilidade da ABGF.

## **Programa de Integridade**

O Programa de Integridade da ABGF foi constituído com base nas orientações da Controladoria-Geral da União (CGU) e é composto por um conjunto de políticas, normas e documentos institucionais que permitem à Empresa a condução de seus processos com segurança e legitimidade, alcançando eficiência.

Fazem parte do programa as seguintes políticas: Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, à Corrupção e o Financiamento ao Terrorismo, a Política de Prevenção de Conflito de Interesses, a Política de Segurança da Informação, a Política de Transações com Partes Relacionadas. Todas as políticas estão disponíveis no site da ABGF: (<https://www.abgf.gov.br/sobre/politicas/>).

Compõe ainda o Programa as ações relacionadas a implementação e monitoramento da LGPD, uma vez que está intimamente ligada a Política de Segurança da Informação da ABGF.

Cabe destacar, que a ABGF possui Código de Integridade e Conduta desde 2014, atualizado em 2021, bem como Comissão de Ética constituída, que é responsável pela divulgação e observância do Código de Integridade e Conduta da Empresa, disponível no site da ABGF: (<https://www.abgf.gov.br/comite-de-etica/>). Em 2021, a Comissão de Ética da ABGF promoveu orientação sobre Ética no Serviço Público, por meio de comunicação dirigida aos profissionais da Empresa, e não recebeu queixas ou denúncias relacionadas à violação de conduta.

Registra-se a contratação de empresa de auditoria independente para verificar trimestralmente os registros e controles contábeis, bem como a utilização do Sistema Eletrônico de Prevenção ao Conflito de Interesses (SeCI), para o recebimento de consultas sobre situações envolvendo o tema. A Empresa conta ainda com canal de denúncia que utiliza plataforma Fala.BR a qual permite o recebimento de denúncias anônimas e a proteção dos dados dos denunciantes, norma interna sobre a atividade de ouvidoria que define os procedimentos para o tratamento de denúncias e a norma de Ação Disciplinar que define o processo de apuração e julgamento de irregularidades.

Nos negócios da Empresa, são conduzidos processos específicos a fim de avaliar a existências de indícios relacionados a atos de corrupção, crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira, crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e atos de financiamento do terrorismo.

No que se refere ao Seguro de Crédito à Exportação é realizada uma avaliação dos exportadores e da operação, quando da operação quanto a existência de indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e corrupção. Para tanto, são realizadas pesquisas em ferramentas especializadas e organismos internacionais, bem como utiliza-se uma matriz de riscos de Compliance Anticorrupção, que foi construída com base na metodologia COSO, a fim de quantificar os riscos de Compliance com base na probabilidade de ocorrência de eventos e na interação entre os eventos identificados. Ela foi elaborada em conjunto com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e aprovada pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações. A Matriz de Riscos de Compliance Anticorrupção vem sendo utilizada nas operações que deram entrada na ABGF desde 2018.

## **Direitos Humanos**

Referente ao tema, a ABGF adota medidas relacionadas a direitos humanos quando da análise de compliance anticorrupção dos exportadores que solicitam o Seguro de Crédito à Exportação. A ABGF utiliza ferramenta específica que identifica apontamentos relacionados a questões ambientais, sociais e de governança (ESG), que podem ser impeditivos a obtenção do seguro. Destaca-se que a ferramenta compreende 28 categorias de ESG cobrindo modelos internacionais, tais como os Princípios de Governança Corporativa das Nações Unidas e as metas para o Desenvolvimento Sustentável e Governança Pública da OCDE.

## **Transparência**

O site da ABGF conta com a página Acesso à Informação ([www.abgf.gov.br/acesso-a-informacao/](http://www.abgf.gov.br/acesso-a-informacao/)), também conhecida como página da transparência ativa. Nesta página estão reunidas informações relevantes sobre a gestão, governança e transparência, tais como dados institucionais, receitas e despesas, ações e programas, auditorias, convênios e transparências, serviço de informação ao cidadão, licitações e contratos, informações classificadas, servidores, perguntas frequentes, sobre a lei de acesso à informação, participação social e dados abertos. Ela possibilita que o cidadão possa acompanhar a atuação da ABGF de forma simples, objetiva e transparente.

A CGU disponibiliza aos órgãos da administração federal sistemas informatizados para o recebimento de consultas e manifestações, que permitem a interação entre órgãos integrantes para o redirecionamento de manifestações, trazendo agilidade das consultas e manifestações entre os diversos entes governamentais.

A ABGF utiliza a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, o FALA. BR, para o recebimento de solicitações de acesso a informação, sugestões, elogios, reclamações, solicitações e denúncias. Dessa forma, a Plataforma permite ao cidadão fazer, em um único ambiente, pedidos de informação pública e manifestação de ouvidoria.

Relativamente à gestão do atendimento às solicitações são apresentados relatórios trimestrais sobre as manifestações de ouvidoria à Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselhos Fiscal e de Administração para acompanhamento. Quando existem manifestações, são tratadas de acordo com os normativos internos da ABGF e em conformidade com a Portaria CGU nº 581/2021

No ano de 2021 não foram registradas consultas no Sistema Eletrônico de Prevenção ao Conflito de Interesses (SeCI).

Fala. BR – Lei de Acesso à Informação - 2021	
Pedidos de competência da ABGF, todos respondidos/atendidos.	12
Pedidos de competência de outros órgãos, todos reencaminhados.	52
ABGF não é competente para responder ou não foi possível responder por falta de informação	10
<b>Total de solicitações recebidas</b>	<b>74</b>

Fonte: Sistema Fala.br - Acesso a Informação

Fala. BR – Ouvidoria - 2021	
Manifestações de competência da ABGF, todos tratados.	0
Manifestações de competência de outros órgãos, todas reencaminhadas.	339
ABGF não é competente para responder ou não foi possível responder por falta de informação.	12
Arquivadas (sem nexos/sentido/materialidade).	16
<b>Total de manifestações recebidas.</b>	<b>367</b>

Fonte: Sistema Fala.br - Ouvidoria

## Contenciosos

Em 31.12.2021, a ABGF possuía:

- 04 demandas judiciais que têm por objeto pedido de indenização relacionadas ao Seguro DPEM, decorrentes de morte ou incapacidade permanente, com fulcro na Lei nº 13.313 de 14.07.2016. A Empresa realiza o controle dos processos e utiliza os serviços de advogados externos para comparecimento a audiências em locais remotos, onde o deslocamento de advogados do quadro da Companhia não se mostre economicamente viável.
- 01 demanda judicial relacionada a um Mandado de Segurança em razão de sua inabilitação no processo licitatório para contratação de auditoria independente. O Mandado de Segurança foi denegado e os pedidos julgados improcedentes. Em razão da decisão, o impetrante interpôs recurso ordinário perante a 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 14ª Região (DF). O Ministério Público Federal já opinou pelo não provimento do recurso que seguirá para julgamento pelo Tribunal.
- 01 ação trabalhista com alegação de desvio de função por ex-funcionário. Em 2021 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos e condenando o ex-funcionário ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência. O ex-funcionário interpôs recurso contra a decisão que julgou improcedentes os pedidos. O recurso encontra-se pendente de julgamento pelo Tribunal.

## Governança nas Empresas Estatais

A última avaliação do IG-SEST, índice de governança das empresas estatais federais, elaborado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério da Economia, foi efetuada em 2021. Naquela oportunidade, a ABGF atingiu o índice 7,46, o que indica oportunidades de melhorias por parte da Empresa. A ABGF dessa forma está implementando ações a fim de melhorar a seu índice na próxima avaliação.

O objetivo do indicador, criado pela SEST, é avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/16 (Lei das Estatais), das diretrizes estabelecidas nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), bem como pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O IG-Sest é apurado, com base nas seguintes dimensões:

1. Governança
2. Transparência e
3. Gerenciamento de Riscos e Controles.

## Atuação da Unidade de Auditoria Interna

No exercício de 2021, a atuação da Auditoria Interna considerou o estágio da Empresa no processo de desestatização, o quadro da unidade vigente e o novo contexto organizacional, com a implantação do home office. Assim, a Auditoria Interna desempenhou suas funções de assessoramento, consultoria, planejamento, avaliação, elaboração de pareceres, ao verificar procedimentos, realizar avaliação dos controles internos e atendendo demandas internas, no sentido de orientar e esclarecer dúvidas de diversas áreas.

Os resultados dos trabalhos foram consignados em Relatórios e Pareceres, nos quais constam, quando necessário, recomendações sobre a adoção de providências para sanar possíveis impropriedades/irregularidades e objetivando, também, evitar a ocorrência das mesmas impropriedades em futuras situações.

A AUDIT atua, ainda, na interlocução com os órgãos de Controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU), quando de suas diligências, além do acompanhamento de suas recomendações e/ou determinações, orientando os gestores para o atendimento pleno e tempestivo dessas demandas, além de assessorar nas consultas formuladas aos Órgãos de Controle mencionados.

Os Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e os Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) estão disponíveis no seguinte link: <https://www.abgf.gov.br/acesso-informacao/auditorias/>.

## Determinações e Recomendações de Órgãos de Controle

Em 2021 o TCU notificou a ABGF quando processo TC 015.843/2018-0 derivado do Acórdão TCU nº 1031-2018, que tratou da avaliação de conformidade dos procedimentos relacionados à concessão de financiamentos à exportação de serviços de engenharia que não sejam de competência do BNDES. Esse Acórdão incluiu recomendação para a ABGF acerca da necessidade de cumprimento de todas as cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços com a União, no que se refere às garantias relativas ao SCE/FGE, ficando registrado que, além das análises e pareceres técnicos resultantes do estudo da operação, a Contratada deve emitir recomendação de aprovação ou indeferimento da concessão de garantia, para avaliação e deliberação da SE/CAMEX, em nome da União.

Quanto ao tema, a ABGF já observa tais procedimentos, inclusive com relação à assinatura desses documentos pelos responsáveis do estudo, gerente da área proponente e instância decisória da ABGF que detém a competência para recomendar o deferimento ou o indeferimento da operação.

A ABGF também recebeu notificação quanto ao Acórdão nº 1.109/2021/TCU-Plenário, que trata da Auditoria em relação a efetividade dos procedimentos de backup das organizações públicas federais, bem como encaminhou Relatório Individual de Autoavaliação com as respostas da ABGF quanto ao tema. O Relatório apresenta avaliação e sugestões para que as organizações atinjam grau satisfatório de maturidade, adotando boas práticas no que se refere aos procedimentos de backup. De acordo com o Relatório existem oportunidades de melhoria, de forma que a ABGF elaborou plano de ação para a sua implementação no primeiro semestre de 2022.

# 4

# ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

## Planejamento Estratégico e Plano de Negócios

A ABGF revisou, em dezembro de 2020, seu Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2025. A revisão anual passa pela reavaliação dos direcionadores (missão, visão, diretrizes e objetivos estratégicos), da Matriz SWOT, bem como o conjunto de ações estratégicas necessárias para sua viabilização.

As diretrizes estratégicas tiveram como principal foco a conformidade e a integridade das ações a serem desenvolvidas pela Empresa, buscando a efetividade no cumprimento das orientações governamentais.

Os objetivos estratégicos foram alterados para atender as disposições regulamentares e as ações estratégicas ajustadas de forma a concentrar os esforços organizacionais que proporcionariam o alcance dos desafios propostos.

Compõe, ainda, os documentos estratégicos da ABGF o seu Plano de Negócios, documento de planejamento que descreve os negócios da Empresa e traduz os objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico para suas linhas de negócios. O referido documento tem sua vigência anual, sendo construído a partir da revisão do Planejamento Estratégico e aprovado pelo Conselho de Administração que, por sua vez, orienta a alocação de capital da Empresa, conforme representado a seguir:



Fonte: Planejamento Estratégico 2021-2025

Assim, derivado do Planejamento Estratégico da Empresa 2021-2025, o Plano de Negócios da ABGF considerou, sob a perspectiva negocial, os movimentos estratégicos de descontinuidade de linhas de negócios relacionadas à prestação de garantias em infraestrutura e do seguro de crédito à exportação prestado diretamente pela ABGF, ambos ocorridos em 2019, bem como o cancelamento de autorização de seu funcionamento junto à SUSEP, no ano de 2020.

Para mensurar o alcance do Planejamento Estratégico, foram estabelecidos dois indicadores e metas, que permitiriam avaliar, ao longo do ano, o desempenho organizacional. São eles: retorno sobre patrimônio líquido e equilíbrio econômico-financeiro.

O quadro demonstrativo abaixo apresenta de forma consolidada os indicadores e resultados alcançados e, em seguida, a análise do desempenho de cada um deles:

## DESEMPENHO ESTRATÉGICO

Indicadores	Meta		Variação
	Aprovado	Resultado	
<b>Retorno sobre patrimônio líquido</b> (resultado líquido pelo patrimônio líquido).	1%	3,62%	362%
<b>Equilíbrio Econômico-Financeiro</b> (despesas totais pelas receitas totais, incluindo financeiras).	1	0,67	33%

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras 2021

Retorno sobre o Patrimônio Líquido 2021: 3,62%				
	2021		2020	
Lucro Líquido	10.914.949,85	3,62%	5.456.742,03	1,81%
Patrimônio Líquido	301.845.571,00		301.297.708,00	

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras 2021

Com relação ao retorno sobre o patrimônio líquido, a ABGF dobrou o indicador em relação ao alcançado em 2020, fechando o indicador 3,62% superior à meta estipulada para 2021. Esta superação da meta deve-se a implementação de diversas ações de redução das despesas administrativas ao longo do ano de 2021, bem como ao reequilíbrio contratual com a SE-CAMEX e a elevação da taxa de juros.

Equilíbrio Econômico-Financeiro 2021: 0,67				
	2021		2020	
Despesas Totais	22.370.424,00	0,67	20.616.988,00	0,79
Receitas Totais	33.285.373,85		26.073.730,03	

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras 2021

Quanto ao equilíbrio econômico-financeiro da Empresa, a ABGF no ano de 2021 conseguiu promover a redução de suas despesas, por meio de renegociação de contratos para a manutenção dos serviços atualmente executados. Entretanto, destaca-se que este indicador é diretamente influenciado pelo Lucro Líquido, que em 2021, aumentou 27,6%, devido ao reequilíbrio contratual com a SE-CAMEX e a elevação da taxa Selic no ano de 2021.

Em dezembro de 2021, foi realizada a elaboração do Planejamento Estratégico ciclo 2022-2026, que considerou como norteador a continuidade operacional da Empresa, até que seja definido o modelo de desestatização a ser adotado, bem como o pressuposto de que tenha que exercer seu papel com eficiência e efetividade. Assim, foram mantidas as diretrizes estratégicas e a identidade organizacional, uma vez que permitem orientar os rumos da ABGF em consonância com o seu contexto atual e seu papel social.

Dessa forma, as diretrizes estratégicas para o ciclo 2022-2026 são definidas por:

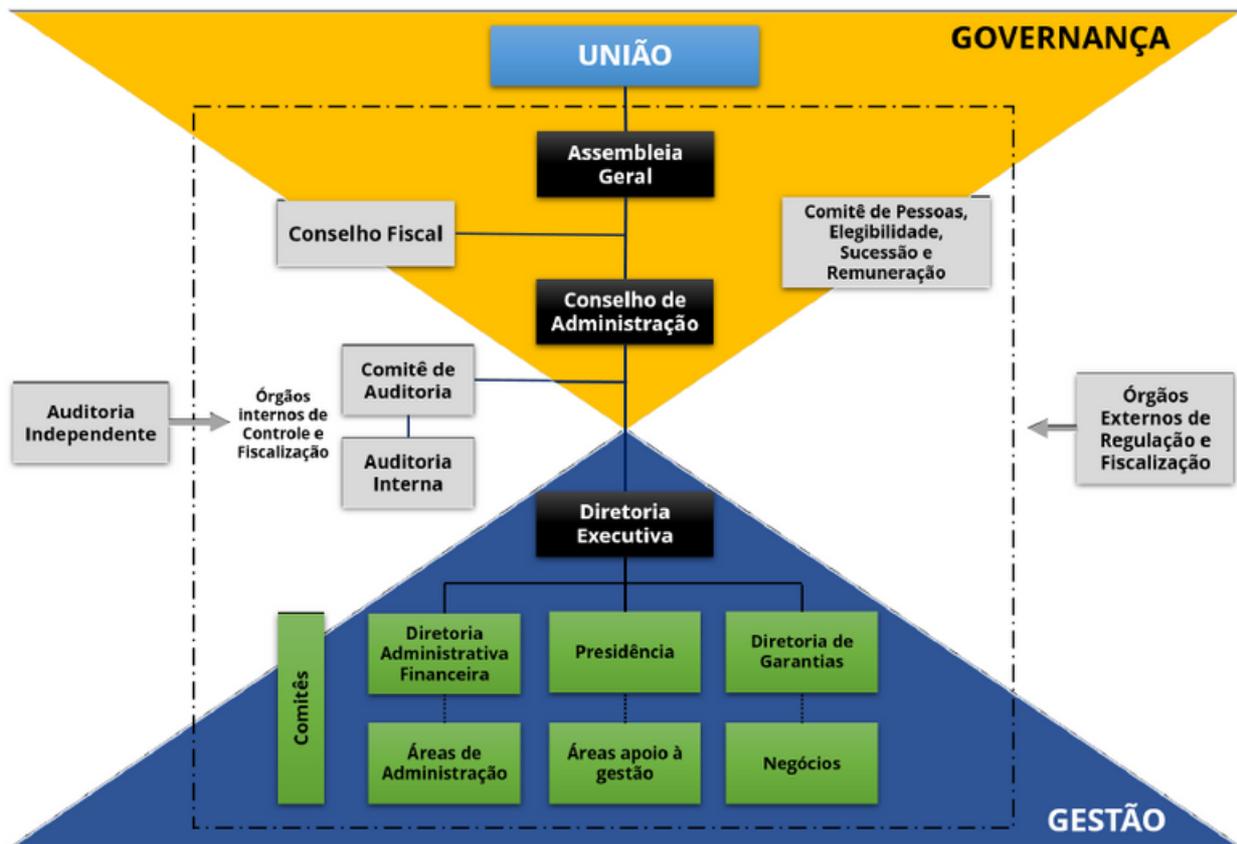
- Assegurar a sustentabilidade econômica financeira;
- Assegurar a efetividade nos Sistemas de Controles Internos; e
- Garantir a continuidade e qualidade na execução dos serviços prestados à União.

Entretanto, os objetivos estratégicos foram revistos, visando maior ênfase nos aspectos de gestão de riscos e controles internos, de forma a assegurar que a revisão do modelo de gestão de riscos possa trazer aspectos e/ou elementos que contribuam para aprimorar a tomada de decisões em todos os níveis da Empresa.

Este realinhamento também permite a Empresa a concentrar os esforços organizacionais na geração de valor público à sociedade.

Os recursos necessários à concretização do planejamento estratégico são descritos no Plano de Negócio e no Plano de Capital da ABGF, aprovado em dezembro de 2021. Considerando as diretrizes estratégicas, não foi necessária a alocação de recursos financeiros em linhas de negócios, dado que a ABGF presta garantias por meio de fundos geridos, caso do FGIE e do FESR, ou mediante prestação de serviços de seguro de crédito à exportação, com recursos do FGE, cujo gestor é o BNDES. Cabe destacar que a ABGF possui disponibilidades de caixa para fazer frente às obrigações ou eventual alocação em linhas de negócios, caso porventura haja redirecionamento estratégico.

# Governança Corporativa



Fonte: Estatuto Social e Regimento Interno da ABGF

A estrutura de governança que atende a ABGF é composta pelos seguintes entes:

- Assembleia Geral de Acionistas
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal
- Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração
- Diretoria-Executiva
- Comitê de Auditoria
- Auditoria Interna
- Auditoria Independente

A Assembleia Geral de Acionista é órgão máximo da ABGF, com poderes para deliberar sobre os negócios relativos ao seu objeto. A União é a única acionista da Empresa e é representada nas assembleias pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, que atua seguindo as orientações do Governo Federal. Os trabalhos da Assembleia Geral são dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração da ABGF ou pelo Substituto que esse vier a designar. A Assembleia Geral Ordinária é realizada uma vez por ano para deliberação:

i) das demonstrações financeiras do exercício anterior, ii) remuneração dos dirigentes, e iii) eleição dos membros do Conselho Fiscal e de Administração, e extraordinariamente sempre que necessário.

A estrutura de governança corporativa está organizada em dois pilares de sustentação, sendo um orientado para gestão corporativa e o outro para fiscalização e controle.

## Gestão Corporativa

O Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pela orientação geral de negócios ao decidir sobre os rumos estratégicos da ABGF, que além de definir as diretrizes estratégicas, é o guardião do sistema de governança da ABGF. Cabe ainda, a este Conselho a avaliação quanto ao atingimento das metas e resultados da Empresa na execução do seu plano de negócios e planejamento estratégico. De acordo com o Estatuto Social, o Conselho é composto por cinco membros, indicados pelo Ministério da Economia, sendo um membro independente.

A Diretoria-Executiva é o órgão responsável pela administração da ABGF, sendo integrada pelo Presidente e até dois Diretores, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, as decisões e a orientação geral dos negócios emanadas pelo Conselho de Administração, de forma a garantir o funcionamento da ABGF. Atualmente, a Diretoria Executiva da ABGF é composta por três membros, sendo o Presidente, a Diretora de Garantias e o Diretor Administrativo e Financeiro.

As decisões da Diretoria Executiva buscam convergir as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração com o objetivo de gerar valor e garantir a sustentabilidade da ABGF.

## Fiscalização e Controle

O Conselho Fiscal é um órgão permanente de fiscalização da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Empresa. Vinculado diretamente à Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho Fiscal tem um papel relevante na fiscalização independente dos atos da gestão. O Conselho Fiscal é composto por seis membros, sendo três titulares e três suplentes, sendo que um dos titulares e seu suplente devem ser servidores públicos com vínculo permanente com a administração pública, como representantes do Tesouro Nacional. Os demais membros são indicados pelo Ministério da Economia, conforme disposto no Estatuto Social.

O Comitê de Auditoria é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente. Composto por três membros, em sua maioria independente. Eles devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou setor de atuação da ABGF, sendo que um deles deve ter reconhecida experiência em contabilidade societária. Com a reformulação do Estatuto Social da ABGF, o Presidente do Comitê de Auditoria passa a ser o membro independente do Conselho de Administração.

A Auditoria Interna está vinculada administrativamente ao Conselho de Administração e funcionalmente ao Comitê de Auditoria. É responsável por avaliar a adequabilidade dos controles internos; a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança; propor medidas corretivas para os desvios detectados e verificar o cumprimento de recomendações dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria e dos órgãos de controles internos (CGU) e externo (TCU). O Conselho de Administração nomeia e destitui os titulares da Auditoria Interna, após aprovação da Controladoria Geral da União.

A Auditoria Independente é uma empresa contratada para examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis e financeiras da ABGF, sendo o Conselho de Administração responsável pela escolha e destituição dos auditores independentes. O Auditor Independente exerce papel fundamental para assegurar a integridade das demonstrações contábeis, ao examiná-las e emitir opinião sobre os seus aspectos relevantes.

No âmbito da ABGF, duas áreas mantêm o sistema de governança. A Gerência Executiva de Governança atua no assessoramento aos órgãos estatutários, visando promover o funcionamento institucional, manter a padronização da gestão, além de promover a disseminação das decisões e resoluções dos órgãos colegiados, assegurando transparência e prestação de contas às partes interessadas.

A Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade, adicionalmente, como parte integrante do sistema de controles internos, atua no estabelecimento de instrumentos, visando à conformidade dos processos e ao cumprimento das normas internas e externas e institui mecanismos para o gerenciamento dos riscos corporativos.

Com relação aos dirigentes, conselheiros e integrantes do Comitê de Auditoria, o processo de eleição está em consonância com os requisitos de transparência, melhores práticas de governança e a regulamentação aplicável, notadamente quanto aos dispositivos previstos na Lei nº 13.303/2016. Para a eleição de administradores e conselheiros fiscais são observados os requisitos e vedações necessários para administradores e conselheiros constantes no Decreto nº 8.945/2016, cabendo ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração analisar e opinar sobre o preenchimento dos mesmos e ausência de vedações.

Os integrantes do Comitê de Auditoria são eleitos pelo Conselho de Administração, indicados por meio de processo seletivo.

## Sistema de Comitês

Em relação ao sistema decisório, a ABGF adota um modelo de administração baseado em decisão colegiada em todos os níveis. Para tanto, foram constituídos comitês com atribuições específicas para deliberar assuntos em seu âmbito de atuação. Essa sistemática propicia transparência nas decisões, compartilhamento de informações e de procedimentos, trazendo maior segurança na realização dos negócios.

**Governança**



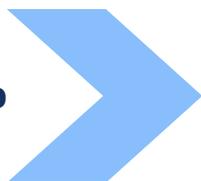
### **Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração**

Assessora os acionistas e o Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

### **Comissão de Ética**

Coordena a adoção de normas específicas para os funcionários, promove a disseminação de valores e princípios relacionados à conduta ética, apurar e julgar comportamentos com indícios de desvios éticos.

**Corporativo**



#### **Comitê de Tecnologia da Informação**

Proposição de investimentos, priorização de projetos e ações, e seu gerenciamento.

#### **Comitê de Segurança da Informação**

Coordena e orienta a elaboração de planos e acompanha a efetividade das ações relacionadas à segurança da informação.

#### **Comitê de Disciplina**

Julgamento de ações disciplinares e aplicação de penalidades, envolvendo funcionários da ABGF, por irregularidade ou infração praticada no exercício de suas funções.

A ABGF conta, ainda, com um quadro de competências e alçadas constantes de todos os níveis de decisões exercidas na Empresa, de forma a descentralizar o processo de tomada de decisão.

## **Carta Anual**

A ABGF divulga em seu sítio eletrônico a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, em conformidade com os dispositivos na Lei nº 13.303/2016, incluindo as informações societárias, dirigentes, conselheiros, auditores independentes, mediante subscrição do Conselho de Administração. Quanto ao seu conteúdo, além das informações de interesse público relacionadas ao objeto social da ABGF, o documento destaca aquelas atividades realizadas no período, que contribuem para a viabilização de políticas públicas ou de interesse governamental, que venham a fomentar as exportações ou contribuam para potencializar investimentos em infraestrutura do País. A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa está disponível no site da ABGF: <https://www.abgf.gov.br/sobre/quem-somos/>

## **Carta de Serviços ao Usuário**

A ABGF divulga em seu sítio eletrônico sua Carta de Serviços ao Usuário, no seguinte endereço: <https://www.abgf.gov.br/sobre/quem-somos/>.

A Carta de Serviços ao Usuário da ABGF apresenta os serviços ofertados pela Empresa e como acessá-los, trazendo, desta forma, informação e transparência ao cidadão.

## Satisfação dos Usuários

Dentre as atividades realizadas para usuários externos, a ABGF é contratada pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME) para prestar serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação e realiza a Gestão e apuração do FESR junto às seguradoras e resseguradoras.

O contrato de prestação de serviços que a ABGF possui com a SE-CAMEX/ME prevê sanções e multas no caso de não cumprimento de suas cláusulas, além de fiscalizações mensais por parte da Contratante. Para evitar o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, a ABGF realiza o controle permanente das atividades do contrato, com a emissão de relatórios mensais.

Em 2021 a ABGF cumpriu o disposto no seu contrato de serviços. Destaca-se que a natureza desse serviço exige da ABGF contato frequente com exportadores, bancos nacionais e internacionais, entidades de classe e diversos entes do Governo Federal, o que proporciona avaliações e mensurações periódicas do nível de satisfação e qualidade dos serviços executados pela ABGF.

# 5

## RESULTADOS DE GESTÃO

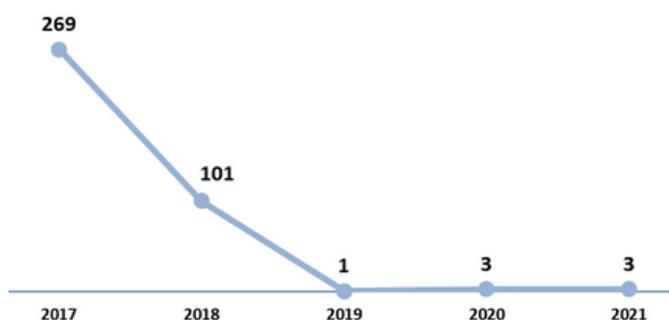
### Seguro de Crédito à Exportação (SCE)

Apesar da continuidade do contingenciamento no Seguro de Crédito à Exportação, pela União, devido, principalmente, à restrição orçamentária, em 2021 houve um aumento das operações analisadas em relação a 2020. No segmento de médio e longo prazos foram 10 operações analisadas contra 8 operações do mesmo segmento no exercício anterior. A quantidade de operações aprovadas do seguro de crédito à exportação se manteve no mesmo patamar de 2020, totalizando 3 aprovações.

Relativamente à emissão de garantias diretas pela ABGF destinadas ao segmento MPME, o produto que viabilizava essa prestação de serviços foi descontinuado.

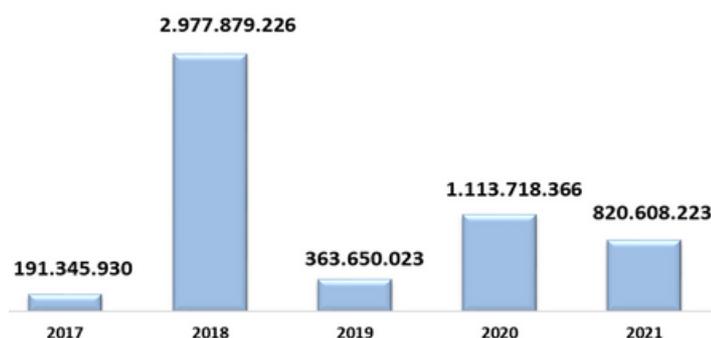
A evolução do número de operações aprovadas e seus respectivos volumes financeiros podem ser observados nos gráficos a seguir:

**Histórico da quantidade de operações aprovadas**



Fonte: Sistema SGP - Sistema de Garantias Públicas

**Histórico do Montante Aprovado (US\$)**



Fonte: Sistema SGP - Sistema de Garantias Públicas

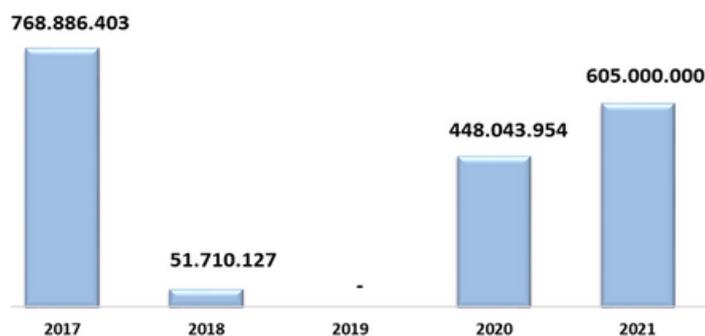
Quanto às operações concretizadas, o volume físico e financeiro apresentou expressiva queda ao longo dos últimos anos. Em 2021 foi concretizada 1 operação, referente ao setor aeronáutico, conforme gráficos apresentados a seguir. Este cenário está associado em grande parte à restrição orçamentária enfrentada pelo Governo Federal com impacto na contratação de coberturas do SCE.

## Histórico da quantidade de operações concretizadas



Fonte: Sistema SGP - Sistema de Garantias Públicas

## Histórico do Montante Concretizado (US\$)

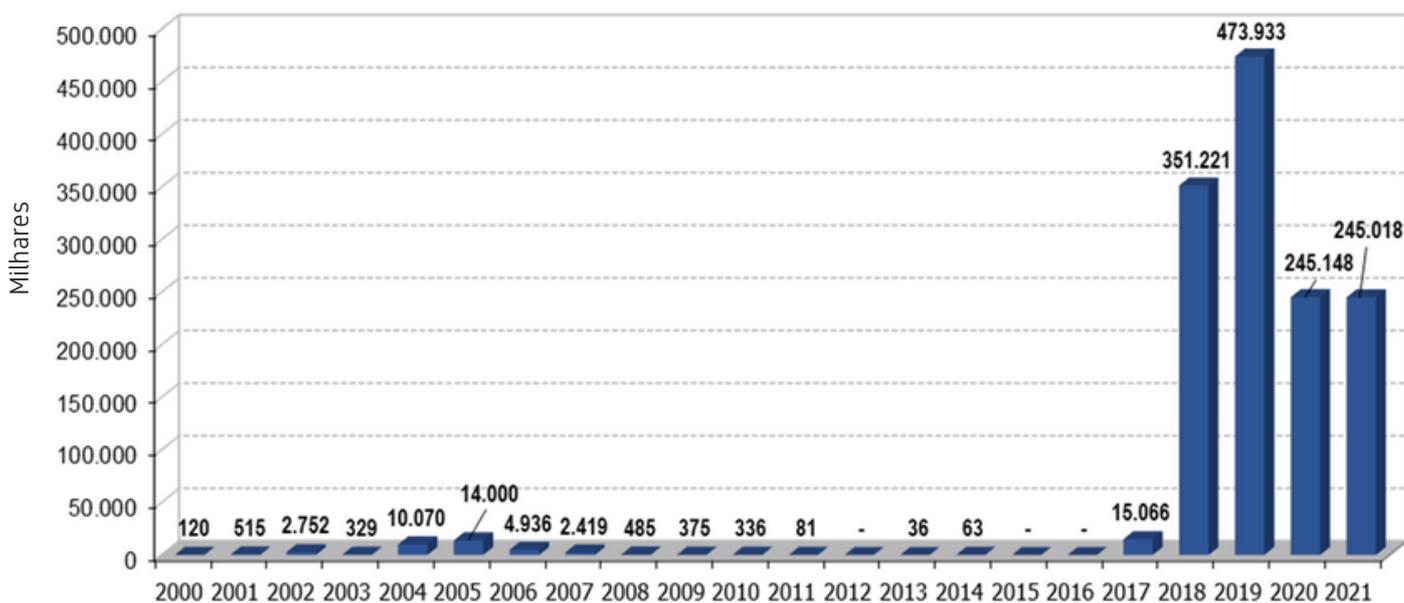


Fonte: Sistema SGP - Sistema de Garantias Públicas

Em relação aos sinistros, cumpre registrar que o volume total de indenizações pagas pelo FGE, desde o início de suas atividades, alcançou US\$ 1,37 bilhões, dos quais US\$ 245 milhões ocorreram em 2021. A exemplo do ocorrido em 2020 e conforme previsto, houve nova ocorrência de sinistro no setor aeronáutico, ainda decorrente do impacto pela pandemia da Covid-19.

## HISTÓRICO DE INDENIZAÇÕES POR EXERCÍCIO

Valor Total: R\$ 1,37 bilhões

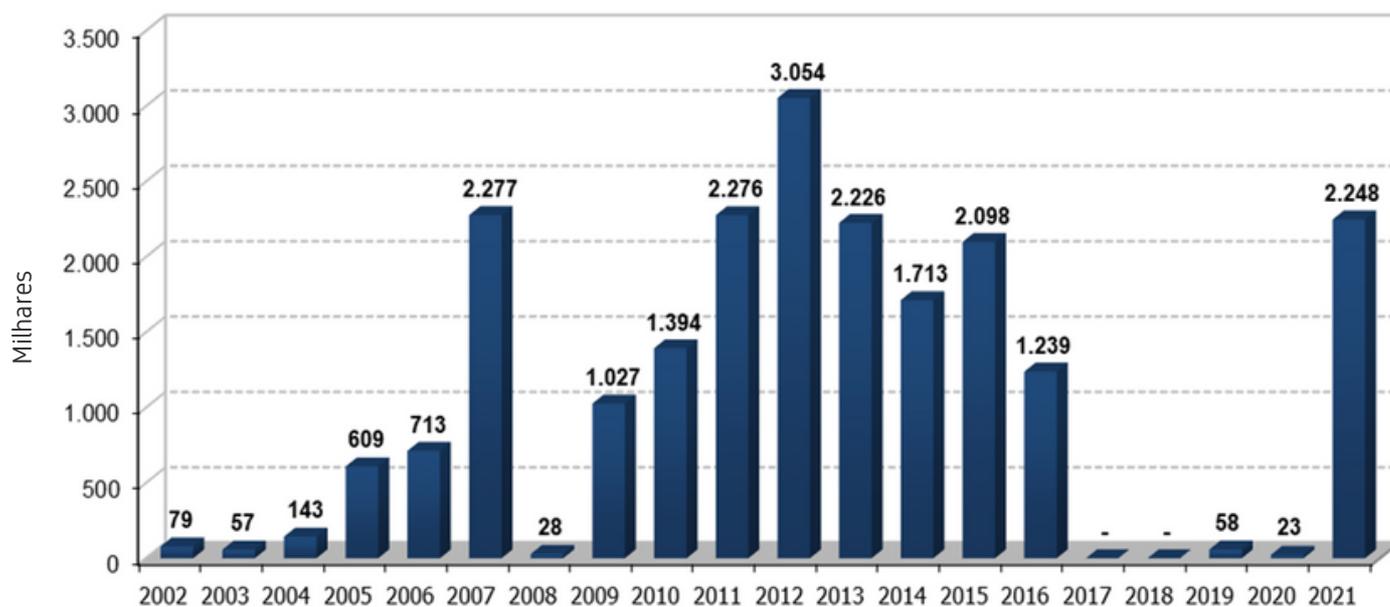


Fonte: Sistema SGP - Sistema de Garantias Públicas

No que se refere às recuperações de valores indenizados, ocorreu a US\$ 2.248 milhões, relacionada a uma das operações aeronáuticas sinistradas. Acrescenta-se que a maior parte dos valores indenizados estão relacionadas as dívidas soberanas, regidas pelo Club de Paris. Destaca-se a evolução das negociações da União com devedores públicos e privados, que poderão resultar em possíveis recuperações de crédito em seu favor. O histórico das recuperações no âmbito do FGE pode ser observado no gráfico a seguir:

## HISTÓRICO DE RECUPERAÇÕES POR EXERCÍCIO

Valor Total: R\$ 21,3 Milhões



Fonte: Sistema SGP - Sistema de Garantias Públicas

Em 2019 foram iniciadas as tratativas para a transferência das atividades relacionadas ao SCE, no âmbito do FGE, para a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) ou ente por ela indicado. No ano de 2020, a ABGF desenvolveu e disponibilizou o Sistema de Gerenciamento de Sinistros - SGS, com a finalidade de otimizar o processo de sinistros e mitigar riscos decorrentes da atividade, tendo em aprimorado do sistema com a inclusão de novas funcionalidades, bem como a inclusão das operações aeronáuticas que não haviam sido contempladas na primeira versão do sistema. Em 2021 o sistema vem passando por constantes melhorias e aprimoramentos, com o início do desenvolvimento do espaço para contemplar os sinistros de operações de aeronáutica, que ficaram de fora no lançamento do sistema, com previsão de entrar em produção já em 2022.

## Perspectivas SCE

Tem-se a perspectiva de continuidade de análises das propostas de operações de exportação no âmbito do SCE, uma vez que o Contrato de Prestação de Serviços entre a ABGF e a SE-CAMEX foi prorrogado até 30.04.2022. Relativamente à gestão de sinistros, vislumbra-se consolidar o processo de implementação do Sistema SGS junto aos parceiros.

## Garantias para Infraestrutura FGIE

A ABGF, de acordo com objeto social, pode constituir, administrar, gerir e representar fundos garantidores de interesse da União. Assim, conforme interesse do Governo Federal, em 2014, constituiu o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), o qual administra.

## Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE

O FGIE é um fundo de natureza privada, criado em 2014, com a finalidade de garantir, direta ou indiretamente, cobertura para quaisquer riscos, inclusive não gerenciáveis, relacionados a concessões, observadas as condições e formas previstas em seu Estatuto, nas seguintes operações:

- . Projetos de infraestrutura de grande vulto constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou de programas estratégicos definidos em ato do Poder Executivo;
- . Projetos de financiamento à construção naval;
- . Operações de crédito para o setor de aviação civil;
- . Projetos resultantes de Parcerias Público-Privadas (PPPs) inclusive os organizados por Estados ou Municípios;
- . Outros programas estratégicos vinculados a operações de infraestrutura definidos por ato do Poder Executivo; e
- . Projetos de construção, total ou parcial, de eclusas ou de outros dispositivos de transposição de níveis.

A cobertura de forma direta só pode ocorrer quando não houver aceitação, total ou parcial, dos riscos dispostos pelas sociedades seguradoras e resseguradoras.

A cobertura de forma indireta ocorre para suplementar ou complementar operações de seguros e resseguros vinculadas aos riscos nas operações acima mencionadas, desde que a parcela de responsabilidade a ser retida por seguradoras e resseguradoras não seja inferior a 20% da responsabilidade total da operação. A União poderá participar, na qualidade de cotista, no limite total de R\$ 11 bilhões do FGIE.

Em 31.12.2021, o Patrimônio Líquido do Fundo era da ordem de R\$ 785,6 milhões e são direcionados para operacionalização do Fundo em suas atividades e objetivos estatutários.

Cabe destacar que em 19.05.2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.052/2021, convertida na Lei nº 14.227/2021, que autoriza a União a criar um fundo para financiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público privadas (PPPs), a serem realizados pela União, Estados e Municípios. Essa lei, que altera o Artigo 32-A da Lei nº 12.712/2012, cujo enunciado dispõe que o novo Fundo será administrado e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira selecionada por meio de chamada pública. Também ficou estabelecido que o novo Fundo seja criado a partir da reestruturação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), funcionando sob o regime de cotas, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Em 30 de dezembro de 2021 foi publicado o Decreto 10.918, de 29.12.2021, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável - FDIRS, de que trata o art. 32 da Lei nº 12.712/2012. De acordo com o parágrafo primeiro do Art. 11 do referido Decreto “A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias exercerá a administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura enquanto não for efetuada a adequação do estatuto de que trata o caput e a contratação da instituição financeira administradora selecionada nos termos do disposto no art. 9º”. Pelo disposto no parágrafo segundo desse mesmo artigo, “O disposto no § 1º não autoriza a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias a contratar novas operações do Fundo Garantidor de Infraestrutura além daquelas em curso em 19 de maio de 2021”. Assim, a ABGF permanece como Administradora do FGIE, conforme previsto no art. 33 da Lei nº 12.712, de 30.08.2012, mantendo, de acordo com o Estatuto do FGIE, a participação da ABGF em 0,01% em cotas.

## PPP - Municipal de Salto -SP

Encontra-se vigente a garantia emitida pelo Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) que apoia a continuidade da execução de uma Parceria Pública Privada (PPP) realizada pelo município de Salto, no Estado de São Paulo, para prestação de serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos. O limite de cobertura, observadas as condições da garantia, é de R\$ 6,2 milhões. A garantia teve início em 07.08.2019, após recolhimento da comissão pecuniária junto ao Parceiro Privado, e terá a mesma vigência do contrato de parceria público-privada garantido, com previsão de conclusão em 2044. Em 2021, a ABGF realizou o acompanhamento da garantia certificando-se que os aportes de responsabilidade do parceiro público previstos para o período foram realizados.

O Certificado de Garantia foi assinado pela administração municipal e pelo parceiro privado, no dia 19/11/2018, em cerimônia na sede da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

<b>VALOR DO CONTRATO PPP DE SALTO</b> R\$ 115,5 milhões	<b>VALOR DA GARANTIA</b> R\$ 6,2 milhões (3 contraprestações R\$ 2,1 mi)	<b>CAPITAL SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DA SPE</b> R\$ 12,8 milhões
--	--	--

Fonte: Certificado de Garantia PPP Salto

## PPP - Comando da Aeronáutica

Foi estruturada a garantia FGIE para cobertura de risco de descumprimento de obrigações pecuniárias assumidas pelo parceiro público em contrato de Parceria Público-Privada para gestão da rede de comunicação integrada do Comando da Aeronáutica (Comaer) – PPP - GRCIC. Com essa parceria, esses serviços serão prestados por um único parceiro privado, o que, além de agilizar a atualização tecnológica, irá possibilitar a economia de recursos públicos para o custeio das despesas, uma vez que, atualmente, existem 68 contratos de transmissão de dados pulverizados geograficamente e gerenciados por diversas organizações militares da Aeronáutica.

O Regulamento foi publicado em 06 de abril de 2018, e em 11/12/2018 foi publicada a Lei nº 13.754, que autoriza a abertura de encargos financeiros da União, com a previsão de integralização de R\$ 45 milhões em cotas do FGIE.

<b>VALOR DO CONTRATO PPP DO COMAER</b> R\$ 5,27 bilhões	<b>VALOR DA GARANTIA</b> R\$ 105 milhões (6 contraprestações)	<b>PRAZO DE CONCESSÃO</b> 25 anos
--	---	--------------------------------------

Fonte: Certificado de Garantia PPP Salto

O limite da cobertura, equivalente a 06 (seis) contraprestações mensais, de responsabilidade do Parceiro Público, é de aproximadamente R\$ 105 milhões.

Com a publicação em maio/2021 da MP nº 1052/2021, convertida na Lei nº 14.227, de outubro/2021, que alterou artigos da Lei nº 12.712/12 referentes ao FGIE, as tratativas para prestação desta garantia foram paralisadas, dado que o Fundo não está autorizado a negociar novas garantias, situação corroborada com a publicação do Decreto nº 10.918, de 29.12.2021.

## Projetos em Análise – FGIE

### BIO-MANGUINHOS – BTS - R\$ 250 milhões

No contexto de cobertura em Programas de Infraestrutura, foi desenvolvido o modelo de garantia para cobertura da Contraprestação do Projeto da Bio-Manguinhos frente Privado em Contrato Built To Suit (BTS) ou de Locação sob Medida. A consulta pública foi realizada no dia 28.08.2018 e em 06.12.2018 foi publicada a Portaria nº 3.876, do Ministério da Saúde, que define o projeto como estratégico. Em 2021 Com a publicação da MP 1052/2021, em maio/2021, convertida na Lei 14.227, de outubro/2021, que alterou artigos da Lei 12.712/12 referentes ao FGIE, as tratativas para prestação desta garantia foram paralisadas, dado que o Fundo não está autorizado a negociar novas garantias. Situação corroborada com a publicação do Decreto nº 10.918, de 29.12.2021.

## Expectativas FGIE

Em 2022, a ABGF em seu âmbito de atuação, continuará monitorando a garantia da PPP de Salto e na administração do FGIE enquanto não for efetuada a adequação do estatuto e a contratação da instituição financeira administradora do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável – FDIRS, conforme dispõe o Decreto nº 10.918, de 29.12.2021. Quando da definição de um novo gestor para o FGIE, a ABGF atuará no desenvolvimento das ações necessárias para sua efetivação, com integridade e eficiência.

## Governança FGIE

A Governança Corporativa do FGIE está estruturada observando as melhores práticas de governança, contando com a participação do Conselho de Participação de Fundos Garantidores para Cobertura de Riscos em Operações de Projetos de Infraestrutura de Grande Vulto (CPFGIE) e a gestão da ABGF.

O CPFGIE, criado pelo art. 35 da Lei nº 12.712/2012, e regulamentado pelo Decreto nº 10.345, de 11 de maio de 2020, tem por finalidade orientar a atuação da União na Assembleia de Cotistas do Fundo. É composto por dois representantes, titular e suplente, do Ministério da Economia; e um representante Casa Civil da Presidência da República. O Presidente do CPFGIE será escolhido entre os representantes do Ministério da Economia.

Participação Acionária - FGIE (31.12.2021)	
União	99,501%
ABGF	0,010%
Prefeitura de Salto	0,489%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras - FGIE

Compete à ABGF, como administradora do FGIE i) a gestão das garantias, incluindo a análise, precificação, emissão, monitoramento, e gestão de sinistros e recuperação de honras; ii) administração e gestão dos ativos do Fundo; iii) representação o FGIE, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente; iv) elaboração de demonstrativos contábeis e financeiros; v) segregação da contabilidade e patrimônio do FGIE das demais atividades; vi) adoção de procedimentos operacionais visando à preservação de informações confidenciais pelos administradores, empregados e prestadores de serviços da Administradora envolvidos na gestão do Fundo; dentre outras competências descritas no Estatuto do Fundo.

A Administradora responde por danos causados ao patrimônio do FGIE, decorrentes de atos que configurem má gestão ou gestão temerária e violação da legislação aplicada ao Fundo, do seu Estatuto e Regulamentos ou de determinação da Assembleia de Cotistas.

## Desempenho Econômico Financeiro FGIE

O FGIE levanta suas demonstrações contábeis e financeiras em 31 de dezembro de cada ano seguindo as melhores práticas contábeis e a regulamentação aplicável, as quais deverão ser revisadas por auditores independentes cadastrados na CVM, e contratados pela ABGF. O relatório de administração do FGIE acompanhado das demonstrações contábeis pode ser acessado no site da ABGF no seguinte endereço: <https://www.abgf.gov.br/negocios/garantias-para-infraestrutura/>.

As cotas do FGIE em quantidade e valor do Patrimônio Líquido, verificado nos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020, constam do quadro a seguir:

COTISTAS	QUANTIDADE DE COTAS		POSIÇÃO EM 31/12/2021		POSIÇÃO EM 31/12/2020	
	SUBSCRITAS	INTEGRALIZADAS	VALOR DA COTA	PL DO COTISTA	VALOR DA COTA	PL DO COTISTA
ABGF	51.208,41	51.208,41		78.888,02		75.697,70
UNIÃO	556.363.192,82	507.363.192,82	7.704,17	781.762.310,08	7.392,60	750.146.898,89
PREFEITURA SALTO	6.179.615,40	3.573.877,52		3.841.724,17		1.980.741,16
<b>TOTAL FGIE</b>	<b>562.594.016,63</b>	<b>509.257.986,47</b>		<b>785.682.922,27</b>		<b>752.203.337,75</b>
<b>RENTABILIDADE EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DE 2020</b>						<b>4,21%</b>

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras - FGIE

A Rentabilidade do FGIE nos 4 (quatro) últimos exercícios, calculada em relação ao exercício anterior, é a que se segue:

ANO	VALOR DA COTA	RENTABILIDADE
2018	6.107,42	-
2019	6.871,69	12,51%
2020	7.392,60	7,58%
2021	7.704,17	4,21%

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras - FGIE

O resultado do exercício de 2021 foi de R\$ 31,7 milhões. Esse resultado é proveniente principalmente dos rendimentos de aplicações financeiras do Fundo, conforme detalhamento na tabela a seguir.

	2021	2020	VARIAÇÃO %
<b>Receitas</b>	<b>33.798.185,40</b>	<b>55.623.790,20</b>	<b>-39,20%</b>
Receitas Operacionais	11.793,80	6.083,80	93,90%
Resultado Financeiro	33.786.391,60	55.617.706,30	-39,30%
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>2.048.893,20</b>	<b>2.584.436,60</b>	<b>-20,70%</b>
Remuneração para administração do Fundo	1.642.131,50	2.284.572,50	-28,10%
Auditoria independente	23.382,00	23.382,00	0,00%
Despesas de serviços técnicos especializados	23.382,00	26.304,00	-11,10%
Despesas com a gestão do fundo de investimento	383.379,70	237.401,50	61,50%
Tributos e Contribuições	0	12.777,00	-100,00%
<b>Resultado</b>	<b>31.749.293</b>	<b>53.039.353</b>	<b>-40,10%</b>

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras - FGIE

Em 2021, houve diminuição da receita na ordem de 39,2% impactada pelo decréscimo nos rendimentos de aplicação financeira do FGIE tendo em vista a conjuntura de mercado e o aumento menor da taxa básica de juros em 2021 para o valor presente dos títulos de longo prazo, uma vez que o FUNDO CAIXA FI ABGF FGIE MULT marca a valor de mercado os títulos que compõem a carteira do Fundo (LFT e NTN-B), que desvalorizam em cenário de queda de juros.

As receitas operacionais do Fundo advêm, exclusivamente, da garantia da PPP do Município de Salto. O crescimento dessa receita é explicado pelo aumento do valor coberto pelo FGIE que é balizado pelos aportes que a Prefeitura de Salto realiza no Fundo.

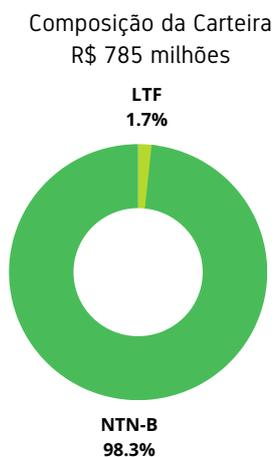
Em relação às despesas, observa-se diminuição na remuneração para administração do Fundo em decorrência da redução das atividades relativas à estruturação de garantias a serem prestadas pelo FGIE, reflexo da descontinuidade de linhas de negócios relacionadas à prestação de garantias em infraestrutura, ocorrida a partir do último trimestre de 2019.

Verifica-se também diminuição de despesa com Auditoria independente, motivada pela repactuação geral do contrato com a empresa de auditoria em função da redução do escopo dos trabalhos, que abrangeu os serviços de auditoria da administradora do fundo e do FESR, além dos serviços prestados ao FGIE.

A Política de Investimentos dos recursos financeiros do FGIE está disposta no Estatuto do Fundo, artigos 12 ao 14, e foi aprovada em Assembleia Geral de Cotistas. De acordo com a referida Política, a rentabilidade dos ativos de renda fixa deve visar sub-índice do Índice de Mercado Anbima IMA. Os investimentos em renda fixa podem ser realizados:

- (i) integralmente em títulos públicos;
- (ii) até 10% em títulos de empresas com capital aberto; e
- (iii) até 5% em operações compromissadas.

No que se refere à renda variável a rentabilidade visada deve ser equivalente ao índice IBRX-100 da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, podendo os recursos serem investidos até 20% em ações de companhias listadas em bolsa de valores, respeitando o limite de 5% de aplicação em ações de uma única companhia.



Em consonância com o Estatuto do FGIE, os recursos do Fundo são aplicados em Fundo de Investimento Exclusivo mantido na Caixa Econômica Federal, CAIXA FI ABGF FGIE MULT, cuja carteira é composta por 1,67% de Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e 98,33% em Notas do Tesouro Nacional, série B, (NT- N-B). O benchmark do FI ABGF FGIE MULT é o IMA-B5. As operações realizadas ao longo de 2021 visaram manter a liquidez do fundo e convergir o desempenho da carteira ao benchmark estatutário para as aplicações em renda fixa, o IMA-B5. Os investimentos do Fundo, em 2021 obtiveram uma rentabilidade de 4,44%, equivalente à 97,28% do benchmark.

## Sustentabilidade Financeira FGIE

Com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira do FGIE foram definidos os seguintes mecanismos e regras, constantes do Estatuto do Fundo, que são observados nos Regulamentos Específicos de Garantias do Fundo:

- a) O valor máximo a ser garantido pelo FGIE será limitado ao montante dos recursos que constituem o seu patrimônio líquido, observados os parâmetros estabelecidos na Nota Técnica Atuarial do Fundo, da Garantia ofertada e no respectivo Certificado de Garantia;
- b) Conforme disposto no Artigo 23 do seu Estatuto, as garantias prestadas pelo FGIE terão os seguintes limites máximos:
  - I - de crédito, 80% (oitenta por cento) do valor total do financiamento, do empréstimo ou da emissão de título de dívida, se garantia direta, e 60% (sessenta por cento), se garantia indireta;
  - II - de performance, 30% (trinta por cento) do valor total do projeto, se garantia direta, e 10% (dez por cento), se garantia indireta;
  - III - de descumprimento de obrigações contratuais, 100% (cem por cento) do valor total do projeto, se garantia direta, e 80% (oitenta por cento), se garantia indireta; e
  - IV - de engenharia e demais riscos, 100% (cem por cento) do valor total do projeto, se garantia direta, e 80% (oitenta por cento), se garantia indireta.
- c) O limite de exposição do FGIE com relação a cada contratante de garantia e/ou a cada entidade que consubstancie o risco ficará limitado às regras de concentração pelas exposições já contratadas e a contratar do Fundo, conforme definido em Nota Técnica Atuarial e Certificado de Garantia vinculados ao Regulamento da respectiva garantia.
- d) Os limites máximos mencionados no item “b” abrangem todo o empreendimento, ainda que para entidades distintas, na forma do Artigo 24 do Estatuto do FGIE.

## Tributos FGIE

De acordo com a Lei nº 13.043/2014, o FGIE está isento de pagamento do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, bem como dos ganhos líquidos mensais e à retenção na fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira de renda fixa e de renda variável. A referida Lei reduz, ainda, a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre as receitas e ganhos líquidos auferidos pelo FGIE.

O FGIE está sujeito à tributação i) do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), conforme Lei nº 8.894/1994, e Decreto Federal nº 6.306/2007; e ii) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), incidente sobre o valor da remuneração decorrente da comissão pecuniária recebida pela prestação de garantia ao Contratante da Garantia. Destaca-se que o ISS é um tributo de competência dos Municípios e do Distrito Federal e tem como fato gerador a prestação de serviços. Assim, considerando que o FGIE possui sede em Brasília, Distrito Federal, a regulamentação aplicada será o Decreto Distrital nº 25.508/2005.

## Fundo de Estabilidade do Seguro Rural FESR

O Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), criado pelo Decreto Lei nº 73/1966, tem por finalidade manter e garantir o equilíbrio das operações do seguro rural no país e atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural. O FESR garante a estabilidade das operações do Seguro Rural, nas modalidades agrícola, pecuário, aquícola, de florestas e de penhor rural.

As receitas do FESR são advindas das contribuições efetuadas pelas sociedades seguradoras e resseguradoras locais, desde que gerem resultados positivos no exercício apurados em conformidade com a metodologia apresentada no anexo I da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 404, de 26.03.2021, dos rendimentos das disponibilidades mantidas na Conta Única e dos juros sobre os títulos públicos federais CVSA.

Em 2021, o total das receitas alcançou variação negativa, em regime de competência contábil, de R\$ 3,409,75, em função de transferência intragovernamental de R\$ 3.631,0 milhões. As demais receitas são compostas, principalmente, pelo valor das contribuições efetuadas pelas seguradoras e resseguradoras e pelos rendimentos das disponibilidades na Conta Única do Tesouro Nacional e pelos juros dos Títulos CVSA.

Já as despesas do FESR são compostas pelas indenizações pagas às seguradoras e resseguradoras locais e pelas despesas administrativas para custeio do Fundo e integram o Orçamento Geral da União. O total de despesas do exercício de 2021 foi de R\$ 36,78 milhões.

O valor necessário para honra das indenizações devidas às Seguradoras requer aprovação na Lei Orçamentária Anual do ano de pagamento, visto que o FESR integra o Orçamento Geral da União.

No exercício de 2021 foram pagos R\$ 31,19 milhões em indenizações relativas ao exercício de 2020. O orçamento para cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural, aprovado na LOA 2021, foi de R\$ 21,45 milhões, montante que se mostrou insuficiente para pagamento das indenizações, tendo sido necessário recorrer à suplementação orçamentária.

APURAÇÃO			RESULTADO	
DATA	CONTRIBUIÇÃO	RECUPERAÇÃO	EXERCÍCIO	ACUMULADO
2004-2005	59.161.204	7.487.222	51.673.982	51.673.982
2005-2006	47.351.321	1.219.570	46.131.751	97.805.733
2006-2007	51.721.311	2.357.613	49.363.698	147.169.431
2007-2008	52.012.559	1.063.577	50.948.982	198.118.413
2008-2009	61.833.442	30.249.042	31.584.400	229.702.813
2009-2010	62.083.219	2.459.965	59.623.254	289.326.067
2010-2011	58.305.740	5.524.805	52.780.935	342.107.002
2011-2012	70.102.843	37.473.302	32.629.541	374.736.543
2012-2013	106.767.727	2.490.346	104.277.381	479.013.924
2013-2014	161.746.138	1.105.324	160.640.814	639.654.738
2014-2015	145.456.912	11.635.616	133.821.296	773.476.034
2015-2016	166.942.737	23.921.863	143.020.874	916.496.908
2017	216.609.603	36.159.639	180.449.964	1.096.946.872
2018	179.802.748	16.221.593	163.581.154	1.260.528.026
2019	218.256.670	12.771.380	205.494.290	1.466.022.316
2020	138.425.246	31.193.618	107.231.628	1.573.253.944

Fonte: Sistema SGFESR – Sistema de Gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

## Investimentos FESR

O FESR possui 72.313 títulos públicos federais CVSA, títulos emitidos pelo Tesouro Nacional para novação das dívidas advindas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional. Esses títulos foram emitidos em 01.01.1997, com vencimento para 01.01.2027, e estão custodiados na B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO.

Os ativos CVSA são remunerados à taxa de 6,17% a.a. (seis inteiros e dezessete centésimos por cento ao ano), incorporados mensalmente ao principal, e são atualizados mensalmente, sobre o saldo devedor do ativo, a cada dia 1º do mês, pela Taxa Referencial – TR do mês anterior, ou índice que vier a substituí-la na atualização dos saldos dos depósitos de poupança. Os juros, com carência de 8 anos, e o principal, com carência de 12 anos, passaram a ser exigidos a partir de 01.01.2005 e 01.01.2009, respectivamente.

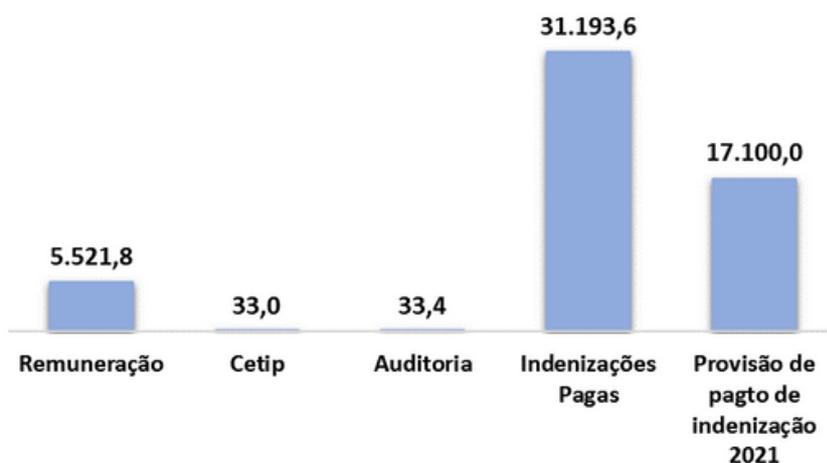
## Contabilidade e Finanças FESR

A contabilidade do FESR é realizada no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), unidade gestora (UG) 179103 - FESR, gestão: 00001 – Tesouro, órgão: 25904 – FESR.

As demonstrações contábeis do Fundo são preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o setor público, em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25.02.1967, Decreto nº 93.872, de 23.12.1986, Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, e disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs T 16.1 a 16.11).

O FESR participa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União (OFSS) e realiza a execução financeira, orçamentária e a contabilidade no SIAFI. O processo de estimar as receitas e despesas do FESR é passível de subjetividade e previsões superavitárias, tendo em vista que os eventos por ele cobertos estão relacionados a fenômenos da natureza, de caráter absolutamente aleatório, tanto em relação à época de sua ocorrência quanto à intensidade dos seus efeitos. Os compromissos do FESR revestem-se de caráter imediato e obrigatório, conforme suas normas, em contrapartida ao processo do Orçamento Geral da União, que estabelece anualmente prazos e limites de movimentação, empenho e pagamento, definidos em lei.

Composição das Despesas (R\$ mil)



Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras - FESR

Composição das Despesas (R\$ mil)

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Despesas com Custódia	33	34	-2,90%
Auditoria Independente	33	33	0,00%
Taxa de Gestão	5.522	5.048	9,40%
	<b>5.588</b>	<b>5.115</b>	<b>9,20%</b>
Pagamento de Indenizações	31.194	12.771	144,20%
	<b>31.194</b>	<b>12.771</b>	<b>144,20%</b>

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras - FESR

O FESR está inserido no Plano Plurianual – PPA 2020-2023 dentro do Programa 0032: Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo e do Programa 0909: Operações Especiais: Outros Encargos Especiais e do Programa 0999: Reserva de Contingência, com duas ações cadastradas e controladas.

- 216G - Operacionalização do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR, que se refere às despesas administrativas de manutenção do Fundo;
- 0026 - Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural, que se refere às indenizações para as seguradoras; e
- 0Z00 – Reserva de Contingência – Financeira.

A unidade orçamentária do FESR é a 71904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia. Abaixo estão demonstrados os valores orçados para o ano de 2021, obedecido o regime de caixa.

	<b>Orçado (R\$)</b>	<b>Realizado (R\$)</b>
<b>Receitas</b>	<b>342.615.495</b>	<b>221.262.443</b>
<b>Contribuições no exercício 2021</b>	<b>222.426.957</b>	<b>138.425.246</b>
<b>Rendimentos (fonte 180)</b>	<b>120.188.538</b>	<b>82.837.197</b>
Rendimentos da disponibilidade mantida em conta única		79.245.381
Juros e principal de Títulos CVSA recebidos		3.591.816
<b>Despesas</b>	<b>342.615.495</b>	<b>3.667.789.078</b>
<b>Cobertura de déficit nas operações de seguro rural (ação 0026)</b>	<b>21.456.263</b>	<b>31.193.618</b>
<b>Operacionalização do FESR (ação 216G)</b>	<b>6.500.000</b>	<b>5.588.164</b>
Taxa de custódia		32.950
Auditoria Independente		33.382
Remuneração da Administração (competência Jan a Dez 2021)		5.521.832
<b>Transferência para a União</b>		<b>3.631.007.296</b>
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>314.659.232</b>	

LOA 2021 (Lei Nº 14.144 de 22 de abril de 2021) UO 71904

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras - FESR

## Administração FESR

O FESR é administrado pela ABGF, desde novembro de 2015.

Compete à ABGF, como gestora do Fundo, (i) apurar o desempenho do Fundo no exercício, contemplando a liquidação das indenizações devidas e recebimento das contribuições pagas pelas seguradoras/resseguradoras locais; (ii) elaborar os demonstrativos contábeis; (iii) elaborar informações gerenciais e encaminhá-las aos interessados; (iv) disponibilizar informações do Fundo em página em seu sítio da internet, inclusive suas demonstrações contábeis; (v) segregar o patrimônio e a contabilidade do Fundo de suas demais atividades; (vi) adotar procedimentos operacionais visando à preservação de informações confidenciais pelos administradores, funcionários e prestadores de serviços da Administradora envolvidos na gestão do Fundo; e (vii) prestar informações ao Ministério Supervisor e à Secretaria do Tesouro Nacional.

Quanto à Governança do Fundo as ações inerentes à gestão do FESR seguem as orientações do Código de Conduta e Integridade da ABGF, tendo como base legal a legislação aplicável aos processos do Fundo e as orientações dos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores. A ABGF utiliza sua estrutura de governança corporativa na condução das atividades relacionadas ao FESR, bem como contrata auditoria independente para a avaliação das demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de cada exercício.

Nesse contexto, a ABGF, desenvolveu internamente o Sistema de Gestão do FESR – SG- FESR, com o objetivo de aprimorar e modernizar o processo de apuração do fundo e a comunicação entre a ABGF e as seguradoras participantes, permitindo o recebimento de documentação das seguradoras, além de consolidar em ambiente acessível, via internet, os dados dos participantes do Fundo.

Por meio do Sistema de Gestão do FESR, as seguradoras que pretendem operar com o Fundo devem apresentar à ABGF, com antecedência mínima de 60 dias do início do exercício anual (1º de janeiro):

- Plano de operações contendo a relação das unidades federativas e das culturas em que pretendem atuar,
- Programa de resseguro relacionado a cada uma das modalidades selecionadas para atuação,
- Indicadores de distribuição de risco.

Já as resseguradoras locais que pretendam operar com o FESR deverão enviar à ABGF, com antecedência mínima de 30 dias do início do exercício anual do fundo (1º de janeiro):

- Carta formal solicitando habilitação, mencionando, no mínimo, as seguradoras habilitadas,
- Informações sobre as respectivas operações garantidas pelo FESR.

O sistema está disponibilizado na internet no sítio [www.sgfesr.abgf.gov.br](http://www.sgfesr.abgf.gov.br), contemplando os módulos de recebimento de dados, o cadastro de usuários, a apuração do resultado, dentre outros. Para promover e facilitar a interatividade com o novo sistema, a ABGF desenvolveu manual de usuário do SGFESR e disponibilizou o documento às seguradoras.

## **Fundo de Indenização do Seguro DPEM - FUNDPEM**

O Fundo FUNDPEM teve sua criação autorizada pela Lei nº 13.313/2016, que alterou as Leis nº 12.712/2012 e 8.374/1991, e é destinado para a cobertura de indenizações por morte ou por invalidez permanente, e despesas de assistência médica e suplementares, causadas exclusivamente por acidentes com embarcações não identificadas ou que estejam inadimplentes quanto ao pagamento do seguro obrigatório DPEM. Nos termos da legislação, as indenizações passam a ser devidas por esse fundo de direito privado, o qual foi constituído pela ABGF em 23.01.2018 e é por ela administrado, gerido e representado.

A referida Lei estabelece que o patrimônio do FUNDPEM seja formado por parcela dos prêmios arrecadados pelo seguro DPEM, pelo resultado das aplicações financeiras dos seus recursos e por outras fontes definidas pelo CNSP. A Lei define, ainda, que o FUNDPEM somente poderá indenizar se houver disponibilidade de recursos gerados pelos prêmios de seguros cobrados pelas seguradoras privadas no DPEM.

A legislação define que o CNSP disporá sobre as obrigações, os prazos para a implementação e a remuneração devida à administradora do fundo. Contudo, deve-se observar que a partir de abril de 2016 o mercado segurador privado deixou de oferecer o seguro DPEM, motivo pelo qual se tornou sem efeito a exigência de sua obrigatoriedade, nos termos do § 3º do art. 14 da Lei nº 8.374/1991, o que impossibilitou a formação do patrimônio do FUNDPEM. Desta forma, o fundo não se encontra operacional.

# 6

## ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### ABGF EM NÚMEROS

	2020	2021
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO	2,52%	5,0%
LIQUIDEZ CORRENTE	44,41%	25,89%
IMOBILIZAÇÃO SOBRE PL	0,52%	0,35%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	98,35%	97,38%

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras da ABGF

### Gestão Orçamentária e Financeira

Em 2021, o mundo permaneceu sob impacto da pandemia da Covid-19. No cenário doméstico, além da incerteza sistêmica desencadeada pela pandemia, ruídos associados principalmente à preservação do regime fiscal contribuíram para a perda de valor do real em relação ao dólar. A principal expectativa foi de que ao longo de 2021 o Brasil avançasse no processo de imunização da população e que os transtornos sanitários e socioeconômicos da pandemia de Covid-19 ficassem no passado. O processo de vacinação avançou e finalizou o ano com 67% da população brasileira totalmente imunizada.

Ao longo de 2021, à medida que o processo de imunização da população avançou, observou-se que os desdobramentos econômicos do quadro sanitário se tornaram cada vez menos relevantes. Contudo, apesar do aumento no contingente de pessoas ocupadas, em uma perspectiva mais abrangente, o Brasil continuou a conviver com um mercado de trabalho ainda fragilizado e com o comportamento cauteloso das famílias e empresas.

A variável econômica que mais surpreendeu, negativamente, foi a inflação. No início do ano passado era esperado por um “retorno à normalidade” dos componentes do IPCA, com expectativa de acomodação dos preços dos alimentos e de aceleração moderada dos preços associados à demanda. Entretanto, este cenário não se confirmou e 2021 foi marcado por uma escalada inflacionária, encerrando o ano com uma alta acumulada em 12 meses de 10,06% a.a., valor muito acima do teto da meta (5,25%). Essa dinâmica inflacionária, que se mostrou persistente e disseminada, motivou sucessivas elevações da taxa básica de juros, de modo que a taxa Selic encerrou o ano em patamar contracionista, em 9,25% a.a..

O aumento da taxa de juros em 2021 influenciou positivamente as receitas financeira da ABGF em 57,6%, em relação a 2020.

A ABGF obteve Receitas Operacionais 14,3% superiores ao ano anterior, passando de R\$ 18,5 milhões em 2020, para R\$ 20,6 milhões em 2021 decorrente, principalmente, da receita dos serviços prestados em Seguro de Crédito à Exportação à SE-CAMEX/ME, as quais representaram um aumento de 25,67%.

Em 2021, o Resultado Operacional foi positivo em R\$ 2,4 milhões, representando uma evolução de 879% frente ao resultado operacional negativo de 2020, de R\$ 316,7 mil.

A Empresa apresenta ótima saúde financeira, com dívidas de curto prazo muito inferiores ao ativo circulante e um resultado líquido positivo, encerrando o exercício com Resultado Antes dos Impostos, Contribuições e Participações de R\$ 15,09 milhões e Lucro Líquido de R\$ 10,91 milhões, 100,03% superior ao ano de 2020, que foi de R\$ 5,45 milhões.



Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras da ABGF

## Receitas e Custos

As receitas da ABGF são compostas por recursos provenientes:

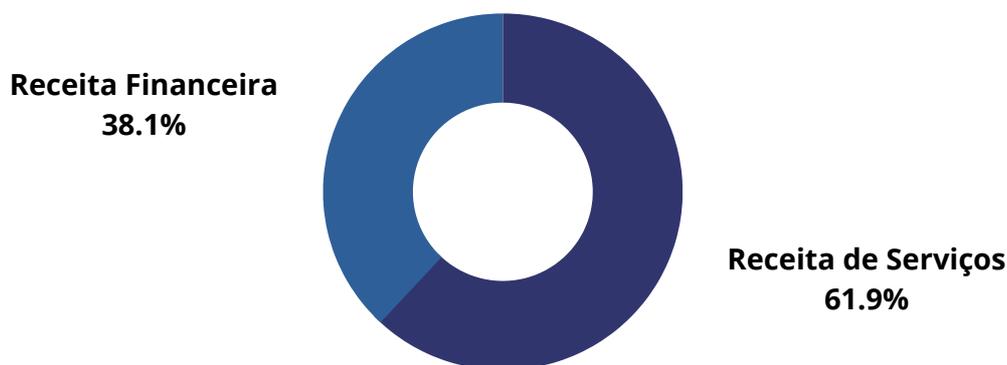
- i) da prestação de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE/FGE);
- ii) da administração e gestão do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR); e
- iii) de rendimentos financeiros.

Em 2021, a Receita Bruta total da empresa (incluindo as Receitas Financeiras) foi de R\$ 33,285 milhões, representando um aumento de 27,7% em relação a 2020.

	2021	2020	Varição %
Receitas de Serviços	20.606.420	18.028.434	14,3%
Receitas Financeiras	12.678.954	8.045.296	57,6%
	<b>33.285.374</b>	<b>26.073.730</b>	<b>27,7%</b>

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras da ABGF

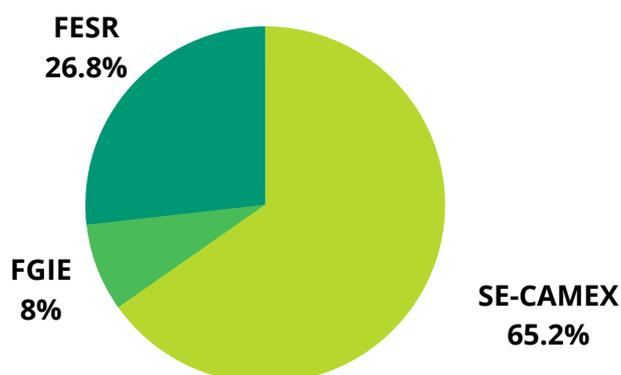
As Receitas Financeiras representam 38,1% do montante total das receitas auferidas pela ABGF.



Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras da ABGF

### Receita de Serviços 2021

Em relação às Receitas de Serviços, em 2021 verifica-se uma concentração notadamente em relação aos serviços prestados à SE-CAMEX, que corresponde a 65,2% do montante das Receitas Brutas de Serviços, enquanto a participação pela administração do FESR corresponde a 26,8% e pela administração do FGIE em 8%.



Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras da ABGF

Em 2021, as principais despesas e custos da ABGF se concentraram em Despesas com Pessoal (65,9% de representatividade do total), Impostos e Tributos (19,9% do total) e Despesas Administrativas (14,2% de representatividade).

14,2%

**Despesas Administrativas**

65,9%

**Despesas com Pessoal**

19,9%

**Impostos e Tributos**

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras da ABGF

## Orçamento

Em 2021, a execução do orçamento das despesas correntes foi de 84,4% em relação ao PDG aprovado para o ano. As despesas com pessoal, dirigentes, conselhos e tributos representaram 89,03% do total, e 10,97% são as despesas relacionadas ao funcionamento da Empresa.

A ABGF atuou ativamente no controle e redução das despesas mensais correntes, por meio de renegociação de contratos, diligências e controle de insumos, que impactou positivamente na execução orçamentária, refletida pela redução de 3,9% em relação às despesas executadas em 2020.

As despesas com Serviços de Terceiros, representada por 6,05% do total das despesas correntes, podemos destacar empresas com terceirização (os prestadores de serviços continuados, tais como recepcionista, motorista, mensageiro, limpeza e copeira), publicidade legal, auditoria externa e demais fornecedores. A execução desta rubrica foi de 50,2% em relação ao PDG aprovado.

Grupo de Despesa	Aprovado no PDG 2021	Executado 2021	% Executado 2021	% Representatividade 2021	Aprovado no PDG 2020	Executado 2020	% Executado 2020
<b>Despesa de Pessoal</b>	<b>9.443.304</b>	<b>6.800.667</b>	<b>72,0%</b>	<b>38,11%</b>	<b>9.873.976</b>	<b>7.951.882</b>	<b>80,5%</b>
<b>Despesa com Dirigentes</b>	<b>1.676.139</b>	<b>1.161.517</b>	<b>69,3%</b>	<b>6,51%</b>	<b>2.039.957</b>	<b>1.529.546</b>	<b>75,0%</b>
<b>Despesa com Conselhos</b>	<b>783.284</b>	<b>595.572</b>	<b>76,0%</b>	<b>3,34%</b>	<b>994.162</b>	<b>786.940</b>	<b>79,2%</b>
<b>Materiais e Produtos</b>	<b>17.954</b>	<b>16.445</b>	<b>91,6%</b>	<b>0,09%</b>	<b>13.474</b>	<b>10.977</b>	<b>81,5%</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>2.149.434</b>	<b>1.078.817</b>	<b>50,2%</b>	<b>6,05%</b>	<b>1.586.290</b>	<b>1.320.017</b>	<b>83,2%</b>
<b>Tributos</b>	<b>6.171.425</b>	<b>7.328.628</b>	<b>118,8%</b>	<b>41,07%</b>	<b>8.080.536</b>	<b>5.872.170</b>	<b>72,7%</b>
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>887.885</b>	<b>861.393</b>	<b>97,0%</b>	<b>4,83%</b>	<b>1.574.082</b>	<b>1.095.778</b>	<b>69,6%</b>
Água, Energia e Gás	78.260	77.908	99,6%	0,4%	73.282	63.839	87,1%
Aluguel	783.199	777.409	99,3%	4,4%	791.326	768.795	97,2%
Perda na alienação de Imóveis	-	-	0,0%	0,0%	400.000	-	-
Comunicações	1.655	1.809	109,3%	0,0%	4.856	3.212	66,1%
Aluguel de Equipamentos	1.531	1.463	95,6%	0,0%	10.513	6.112	58,1%
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.394	2.579	107,7%	0,0%	78.431	58.517	74,6%
Transporte	846	225	26,6%	0,0%	6.287	3.232	51,4%
Viagens	20.000	-	0,0%	0,0%	34.634	17.318	50,0%
Demais despesas correntes	-	-	0,0%	0,0%	174.753	174.753	100,0%
<b>Total</b>	<b>21.129.425</b>	<b>17.843.039</b>	<b>84,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>24.162.477</b>	<b>18.567.310</b>	<b>76,8%</b>

Fonte: SIEST - Acompanhamento Orçamentário

Em Outras Despesas Correntes, representada por 4,83% do total das despesas correntes, a execução orçamentária foi de 97%, impactada principalmente pelas medidas de contingenciamento de despesas, que resultaram na execução da ordem 50% das rubricas de Transporte, Viagens e Aluguel de Equipamentos.

As Despesas com Pessoal, representada por 38,11% do total das despesas, a execução orçamentária foi de 72%, em função do quadro de pessoal ter se mantido durante o ano na média de 37 profissionais, em relação ao quantitativo de quadro total aprovado de 40 cargos.

As Despesas com Dirigentes, representada por 6,51% do total das despesas, a execução orçamentária foi de 69,3%, em função do quadro de diretores ter sido composto durante o ano por 2 membros, ao invés de 3 conforme o quantitativo aprovado.

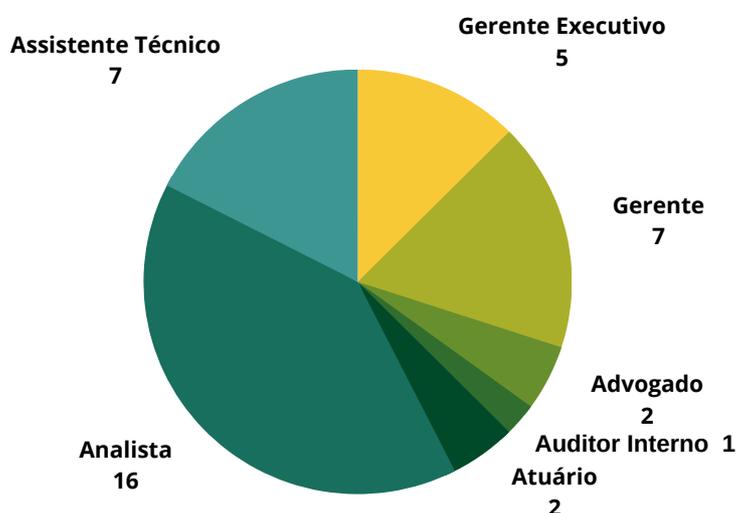
A Empresa não possui sistema automatizado para gerenciamento dos custos. Mensalmente é efetuada atualização dos dispêndios efetuados pela Empresa, cujos valores são impostados no Sistema de Informações das Estatais - SIEST, em conformidade com o artigo 50, §3º, da Lei Complementar 101, de 04.05.2000 e da Portaria STN 157, de 09.03.2011.

Em função da orientação estratégica da Empresa, não ocorreram investimentos no imobilizado pela ABGF em 2021.

## Gestão de Pessoas

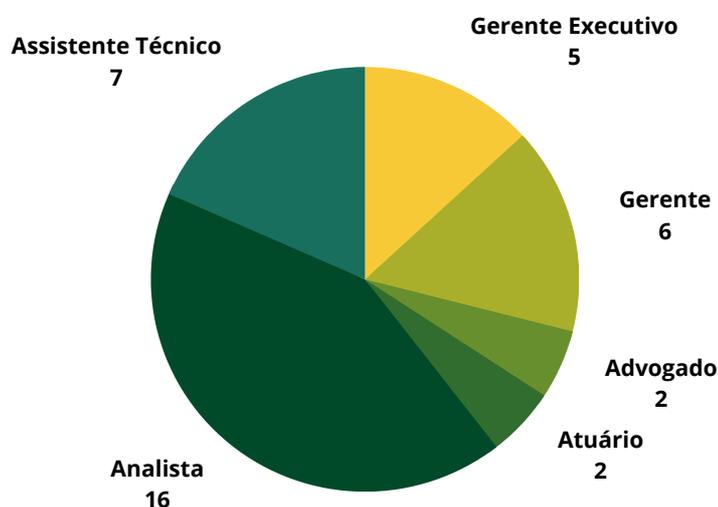
O quadro de pessoal da ABGF é temporário, composto exclusivamente por cargos de livre provimento, com estrutura de 40 postos de trabalho. Os funcionários estão lotados na Sede da Empresa, em Brasília, e o regime de contratação observa as regras previstas na CLT.

**Cargos Aprovados**



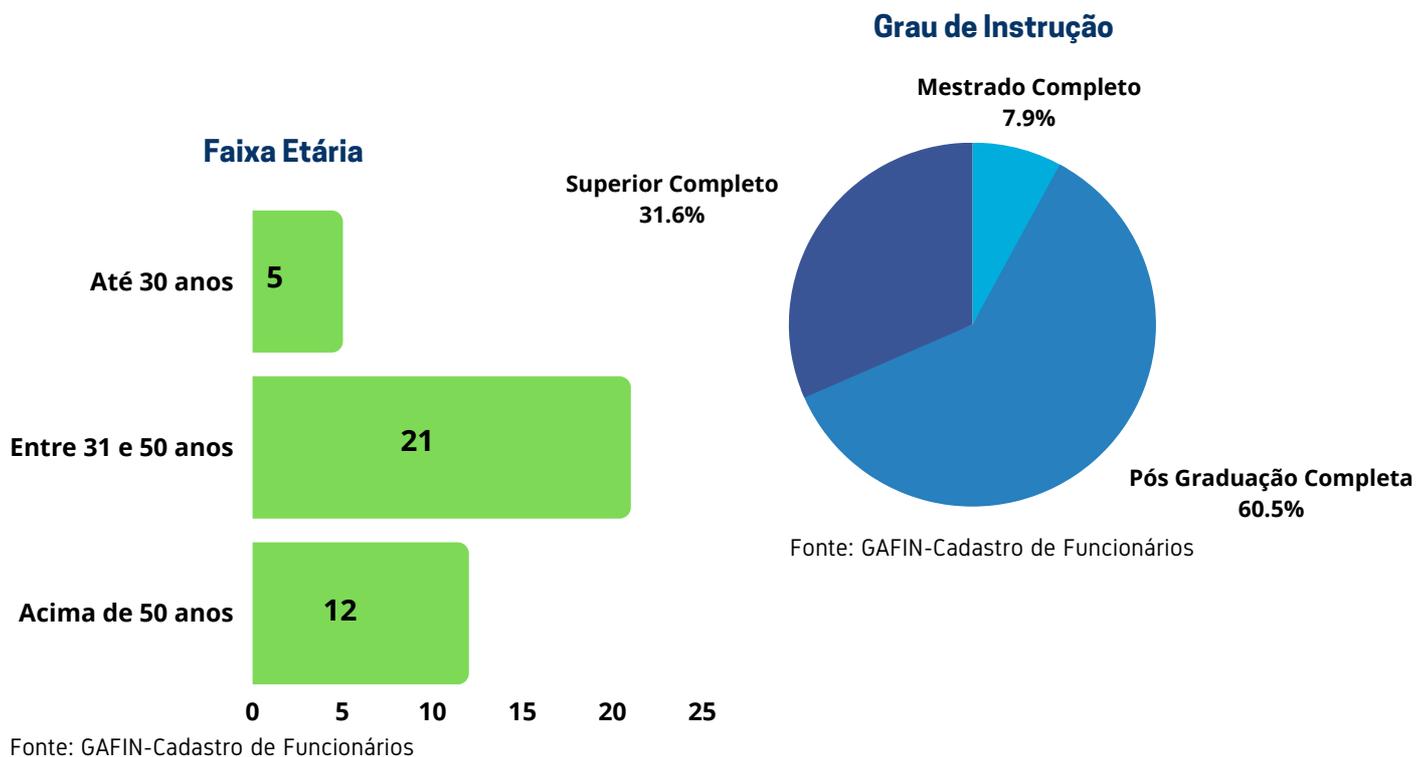
Fonte: SAB - Dexion

**Cargos Ocupados**

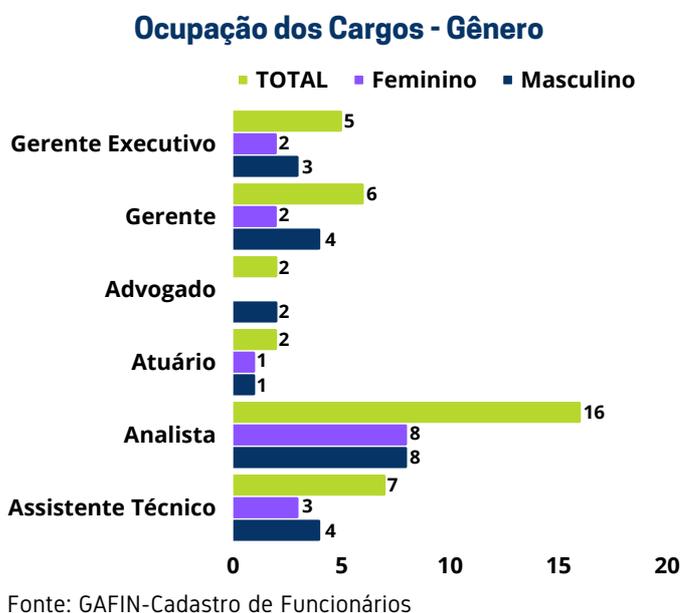
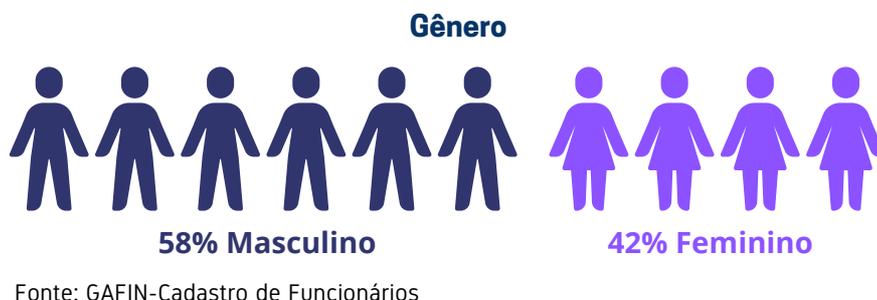


Fonte: SAB - Dexion

A ABGF, ao final de 2021 possuía, em sua composição, 38 funcionários com alto grau de instrução (68% da equipe possui Pós-Graduação Completa / Mestrado) e cerca de 55% da força de trabalho na Faixa Etária entre 31 e 50 anos, em sua maioria, por profissionais de nível sênior, uma vez que a execução das atividades da Empresa necessita de um elevado nível técnico de conhecimento.



O perfil das equipes da ABGF é composto por 42% de profissionais do sexo feminino e 58% do sexo masculino.



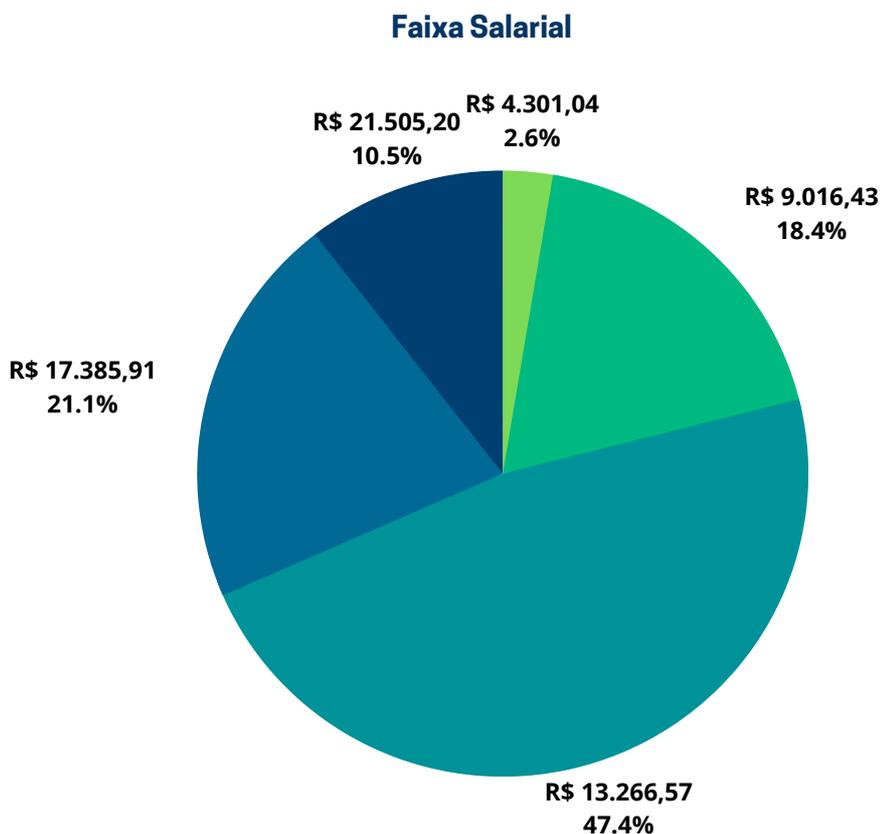
A etnia é distribuída da seguinte forma:



Fonte: GAFIN-Cadastro de Funcionários

A ABGF não possui profissionais com deficiência declarada no seu quadro temporário de pessoal.

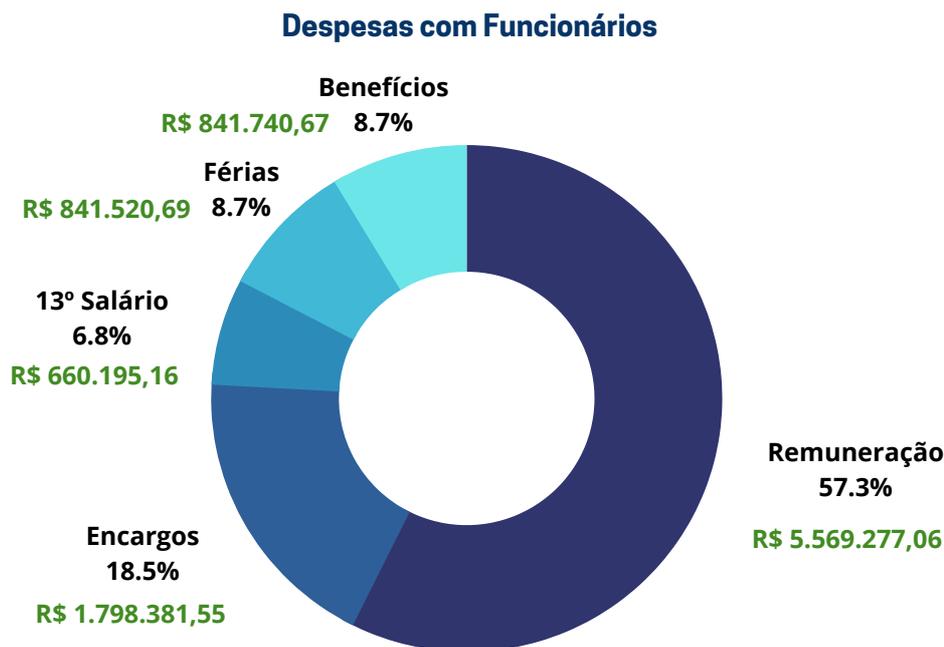
A faixa salarial é distribuída da seguinte forma: 1 profissional: R\$ 4.301,04 (profissional cedido por outro órgão recebendo 20% do cargo de Gerente Executivo), 7 profissionais: R\$ 9.016,43, 18 profissionais: R\$ 13.266,57, 8 profissionais: R\$ 17.385,91 e 4 profissionais: R\$ 21.505,20:



Fonte: SAB - Dexion

A estratégia de recrutamento para os cargos de livre provimento é realizada conforme o perfil do cargo a ser ocupado, definido pelo Gestor da área, com a realização de entrevistas na busca de profissionais qualificados/capacitados no mercado de trabalho, obedecendo os critérios e procedimentos estabelecidos em norma interna que trata de Nomeação, Movimentação e Exoneração.

As despesas com funcionários foi, no ano de 2021, da ordem de R\$ 9.711.115,13, considerando remuneração, encargos sociais, décimo terceiro salários, férias e benefícios:



Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras 2021

Os benefícios concedidos pela Empresa são aqueles constantes da Convenção Coletiva de Trabalho, da categoria dos Securitários, dentro dos limites aprovados pela SEST. A Empresa é cadastrada no programa empresa cidadã, concedendo licença paternidade de 20 dias e licença maternidade de 180 dias. No ano de 2021, foram concedidas 3 (três) licenças-maternidade. Cumpre destacar, que o quadro de pessoal da ABGF é temporário, por esse motivo não é aplicável gratificação de desempenho, progressão funcional e estágio probatório.

A ABGF teve 1 (um) investimento em capacitação externa em decorrência de Manutenção da Certificação Internacional C31000 – Certified ISO 31000 Risk Management. Durante o ano, por meio do Programa do Ciclo de Formação, a empresa impulsionou o autodesenvolvimento pessoal de seus talentos, incentivando a participação em cursos de capacitação promovidos gratuitamente por entidades como a Escola Nacional de Educação Pública - ENAP e QSP – Centro de Qualidade e Segurança, refletindo num total de 110 horas de capacitação, abordando temas como Fundamentos da LGPD, Gestão Orçamentária e Financeira e Gestão da Informação e Documentação. Adicionalmente, a ABGF promoveu durante todo o ano palestras e treinamentos internos sem custos e por videoconferência, ministrados por convidados externos como Francisco Bessa (Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Economia), Fabiana Vieira Lima (Chefe da Assessoria de Controle Interno do Ministério do Desenvolvimento Regional), Giovanna Milanez Tavares (Advogada do escritório Mattos Filho Advogados e Coordenadora Adjunta do Observatório LGPD/UNB) e Marcelo Pereira e Rodrigo Alvez (Carvalho e Magalhães Advogados), e por profissionais técnicos da ABGF especializados no tema, totalizando 25 horas e abrangendo os seguintes temas: Integridade: O que eu tenho a ver com isso?, Ética na Gestão, Integridade voltada para as pessoas, Controles Internos, Integridade processos e pessoas, LGPD, Integridade da ABGF: medidas corretivas, Redução de Valor de Recuperação de Ativos e Impactos da LGPD.

Considerando a orientação estratégica de suspensão de novos negócios, no final de 2019, e a sua manutenção em 2021, a ABGF não encaminhou proposta de Programa de Participação nos Lucros e Resultados 2021.

A tabela de remuneração, bem como o total de cargos disponíveis foi aprovada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), com reajuste anual, de acordo com o percentual (%) estipulado na Convenção Coletiva de Trabalho, do Sindicato dos Securitários do Distrito Federal:

<b>TABELA DE REMUNERAÇÃO</b>		
<b>Cargos</b>	<b>Quantitativo aprovado</b>	<b>Cargo comissionado</b>
Advogado	2	R\$ 17.385,91
Analista	16	R\$ 13.266,57
Assistente Técnico	7	R\$ 9.016,43
Atuário	2	R\$ 13.266,57
Auditor Interno	1	R\$ 13.266,57
Gerente	7	R\$ 17.385,91
Gerente Executivo	5	R\$ 21.505,20

Fonte: SEST e SAB - Dexion

A proposta de remuneração dos dirigentes, conselheiros e membros do comitê de auditoria é submetida à avaliação do Conselho de Administração que, por sua vez, a submete à avaliação da SEST. Após concluída a análise, a proposta é encaminhada, por meio de Nota Técnica, à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. A remuneração dos diretores vem sendo composta por parcela fixa, benefícios e obrigações.

A remuneração variável destinada aos diretores não foi implementada. O teto remuneratório dos membros dos conselhos de Administração e Fiscal é limitado a 10% da remuneração mensal média dos diretores. Além disso, a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da ABGF é de 20% da remuneração média mensal dos diretores. No ano de 2021 a Empresa efetuou despesas remuneratórias, com os membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, da ordem de R\$ 2.241.945,72, incluindo benefícios e encargos.

Com a continuidade da pandemia do Coronavírus, a ABGF permaneceu adotando o regime de teletrabalho, sem prejuízos as atividades da Empresa, e contou com o apoio da área de Pessoas nas questões relacionadas a saúde e bem-estar dos profissionais.

Para 2022, a área de Pessoas, continuará atuando para gerir os recursos humanos de forma eficaz, manter as campanhas de saúde e bem-estar na Empresa, além de promover a motivação dos atuais funcionários, diante do contexto em que a ABGF está inserida.

## Gestão de Licitações e Contratos

No exercício de 2021, o gasto total com funcionamento administrativo foi de R\$ 2.147.704. Deste total, as despesas com “Ocupação” representam 36,7%, seguido por “Serviços de Terceiros” em 18,9%, “Utilidades e Serviços” em 16,2% e “Despesas com Seguros” em 13,2%.

Os valores informados são aqueles constantes nas Demonstrações Contábeis e Financeiras.

A contabilidade efetua os registros com base na emissão das notas fiscais e no regime de competência mensal.

FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO	
Descrição	Valor
Serviços de Terceiros	406.567
Ocupação	787.591
Utilidades e Serviços	348.778
Despesas com Comunicação	40.785
Utilização de equipamentos	3.551
Utilização de veículos	170
Despesas com Seguros	282.981
Materiais Diversos	18.848
Propaganda e Publicidade	48.685
Outras Despesas	209.749
<b>Total</b>	<b>2.147.704</b>

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras 2021

Os gastos com “Ocupação” englobam aluguel e condomínio. A rubrica “Serviços de Terceiros”, englobam as despesas com assessoria e consultoria em TI, consultoria jurídica no país, auditoria independente, assinatura de periódicos, treinamentos e capacitação, licença e uso de softwares, suporte técnico e instalações, prestação de serviços e fornecimento de insumos, serviços de manutenção e reparos, dentre outras despesas.

Já as despesas com “Utilidades e Serviços” são gastos relativos ao consumo de energia elétrica, de serviços prestados por terceiros (mensageiro, copeiragem, limpeza e secretariado), e despesas com cartórios e taxas.

As “Despesas com Comunicação” são relativas às contas de telefone fixo e celular, internet correios e malotes.

A rubrica referente à “Utilização de Equipamentos” contempla aluguel de equipamentos e manutenção de equipamentos, e a “Utilização de Veículos”, contempla os serviços de táxi.

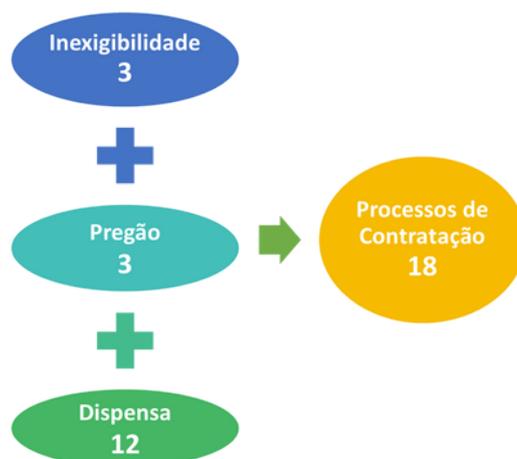
As despesas com a rubrica “Materiais Diversos” são as de uso de material de expediente e escritório, material de processamento de dados e material de uso e consumo.

A rubrica de “Propaganda e Publicidade” são as despesas com publicações legais, e por fim, a rubrica relativa às “Outras Despesas” contemplam provisões trabalhistas e cíveis, dentre outras.

As novas contratações tiveram o custo anual de R\$ 879.352,98. A demanda maior de Licitação foi através da modalidade de “Pregão” representada por 53,1%, seguido por “Dispensa” em 23,6% e por último “Inexigibilidade” em 23,3%.

Descrição	Valor	%
Pregão	R\$ 466.998	53,1%
Dispensa	R\$ 207.277	23,6%
Inexigibilidade	R\$ 205.078	23,3%
<b>Total</b>	<b>R\$ 879.353</b>	<b>100%</b>

Fonte: Comprasnet



Fonte: Comprasnet

## Justificativas referentes às contratações

As contratações no exercício de 2021 foram destinados a manutenção dos serviços prestados pela ABGF, tendo em vista a orientação estratégica de suspensão de novos negócios, contudo com a responsabilidade de continuidade de sua política pública. Neste período não foram realizados investimentos em imobilizados, nem contratações de novos serviços, limitando-se tão somente a manter a estrutura necessária ao funcionamento da Empresa.

## Contratações mais relevantes

Considerando o funcionamento administrativo da ABGF, foram realizadas algumas contratações, no exercício, sendo as mais relevantes, as seguintes:

- Contratação de Instituição Financeira Oficial Federal autorizada e registrada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM para a prestação de serviços de Custódia e Gerenciamento Financeiro dos recursos do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE, gerido e administrado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores – ABGF. Foi necessária nova licitação decorrente de impossibilidade de prorrogação de contrato, que atingiu o período máximo legal. Contratada: Caixa Econômica Federal, R\$ 302.000,00;
- Serviços de apoio administrativo, contratação de secretária executiva bilíngue. Os serviços de apoio são de natureza continuada classificados como custeio da Empresa. Contudo com a rescisão do contrato pertinente, foi necessária a realização de nova licitação. Contratada: Aristocrata Tecnologia e Apoio Administrativo, R\$ 126.998,21;
- Contratação de Seguro D&O, destinado a Responsabilidade Civil, com a finalidade de resguardar as pessoas físicas que ocupam cargos de gestão, quando questionadas administrativamente ou judicialmente por decisões que causarem, involuntariamente, danos a terceiros, a fim de cumprir disposição estatutária. Contudo com a rescisão do contrato pertinente, foi necessária a realização de nova licitação. Contratada: Unimed Seguros Patrimoniais, R\$ 340.000,00;

- Contratação de empresa especializada no fornecimento de dados e Informações creditícias (crédito/endividamento, comerciais, financeiras e cadastrais), disponibilizadas em uma base própria e abrangente de empresas nacionais e estrangeiras, com a finalidade de subsidiar análises de crédito pela ABGF. Foi necessária nova contratação decorrente de impossibilidade de prorrogação de contrato, que atingiu o período máximo legal. Contratada: Dun & Bradstreet do Brasil Ltda. – D&B, R\$ 78.648,00;
- Contratação de empresa especializada em serviços de distribuição de publicidade legal impressa e/ou eletrônica, para atender às necessidades da ABGF. Foi necessária nova contratação decorrente de impossibilidade de prorrogação de contrato, que atingiu o período máximo legal. Contratada: EBC - Empresa Brasil de Comunicação, R\$ 125.000,00;
- Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria especializada no levantamento e mapeamento de processos e sistemas que tratam dados pessoais visando à construção de programa de conformidade à lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, para atender o exposto na Lei nº 13.709, de 14.08.2019. Contratada: CARVALHO, MAGALHAES SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R\$ 44.600,00.

## Objetivos e Desafios na Gestão de Licitações e Contratos

Revisar o planejamento anual de Licitações e Contratações para o ano de 2022, considerando o contexto no qual a ABGF está inserida, garantindo a manutenção dos serviços essenciais de modo a melhorar o índice de eficiência operacional, conforme as Diretrizes Estratégicas, do Plano Estratégico da ABGF, ciclo 2022-2026.

## Conformidade Legal

Os processos de aquisição são realizados pela área de Logística com base na norma de Licitações e Contratos, bem como na legislação específica vigente, especialmente no que se refere aos dispositivos da Lei nº 13.303/2016, e a Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 10.024/2019, Instrução Normativa nº 73/2020; a fim manter a conformidade legal das licitações e contratações.

## Objetivos Estratégicos

As boas práticas de gestão de licitações e contratos visam criar condições para que os objetivos estratégicos finalísticos possam ser plenamente trabalhados e alcançados e dessa forma prestar apoio para que a ABGF atinja sua missão institucional.

# Gestão Patrimonial e Infraestrutura

## Investimentos de Capital

Devido à orientação estratégica de suspensão de novos negócios, os investimentos foram suspensos, até a definição quanto ao modelo de desestatização a ser adotado.

## Locação de Imóveis e Equipamentos

A Empresa manteve a locação do imóvel destinado à sua Sede, em Brasília/DF, firmado em 2018. Em 2021 não foram realizadas novas locações imobiliárias ou de equipamentos.

## Desfazimento de ativos

No exercício de 2021, não houve desfazimento de ativos.

## Mudanças e desmobilizações relevantes

No exercício de 2021, não ocorreram mudanças nem desmobilizações relevantes.

## Conformidade Legal

A gestão patrimonial e de infraestrutura é realizada em conformidade com a legislação vigente: Lei nº 13.303/2016, e o Decreto nº 9.373/2018, bem como a norma relativa à Gestão Patrimonial e Inventário.

# Sustentabilidade Ambiental

## Plano de Ações Sustentáveis

Promoção da sustentabilidade socioambiental na ABGF:

- Revisão e aprimoramento constantes dos processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade ambiental;
- Qualificação das instalações e da edificação para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- Redução do impacto ambiental causado pela empresa na execução de suas atividades de caráter administrativo e operacional, observando os princípios para um desenvolvimento sustentável.

## Iniciativas para a redução de resíduos poluentes

Em 2021, em decorrência da pandemia, a ABGF permaneceu em teletrabalho, impactando nas iniciativas a seguir relacionadas:

CONSUMO	Exercício 2020	Exercício 2021
Energia Elétrica	6.848 Kwh	6.695 kWh

Fonte: CEB Distribuição

- Apesar do regime de teletrabalho, os equipamentos da Empresa permanecem ligados durante todo o período, para permitir o acesso remoto via VPN, apresentando redução anual de 153 kWh no exercício de 2021 em relação a 2020;
- Redução do consumo de copos descartáveis;
- Disponibilização de copos reutilizáveis.

## Coleta Seletiva

- Disponibilização de lixeiras coletivas para a coleta seletiva de resíduos sólidos;
- Sensibilização e conscientização dos funcionários da Empresa sobre a importância da separação dos resíduos sólidos recicláveis, por meio de lixeiras coloridas adequadas a coleta seletiva junto ao Condomínio.

## Contratações e aquisições

A ABGF adota em seus processos de contratação de bens e serviços os critérios de sustentabilidade, em consonância com a classificação do GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS – 4ª EDIÇÃO AGO/2021, da AGU, disponível:

([www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf](http://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf)).

## Outras Ações

- Reforço em relação a configuração dos microcomputadores para impressão frente e verso e no modo rascunho;
- Manutenção dos serviços de impressão por meio de outsourcing;
- Novas ações de conscientização dos funcionários sobre a importância de substituir, sempre que possível, o uso do documento impresso pelo documento digital nos procedimentos administrativos;
- Reforço da conscientização de manter a utilização de lâmpadas fluorescentes de LED, garantindo a eficiência energética;
- Manutenção do uso de torneiras de banheiro temporizadas, evitando o desperdício de água;
- Aplicação da logística reversa no descarte de tonners, cartuchos e baterias.

# Gestão da Tecnologia da Informação

## Montante de recursos aplicados em TI em 2021

Em 2021 foram aplicados em TI o montante total de R\$ 119.858,35 (cento e dezenove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos), conforme apresentado nos quadros a seguir:

Grupo de Despesa	Valor Pago em 2021
Investimento	R\$ 0,00
Custeio	R\$ 119.858,35
<b>Total</b>	<b>R\$ 119.858,35</b>

Fonte: Planilha de Controle da GETEC, Demonstrações Contábeis e Financeiras 2021 e Contratos de Prestação de Serviços.

Aquisições (Investimentos)	Valor Pago em 2021
Licenças	R\$ 0,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras 2021 e Contratos de Prestação de Serviços.

Serviço (Custeio)	Fornecedor	Valor
Link de dados	Algar Multimídia	R\$ 38.999,78
Telefonia fixa	Algar Telecom	R\$ 905,88
Telefonia móvel	Claro S.A.	R\$ 857,11
Outsourcing de impressão	Mundial Máquinas Copiadoras Suprimentos	R\$ 1.520,66
E-mail corporativo - Zimbra	Inova Tecnologias de Informação e Representações	R\$ 20.641,40
Emissão de Certificados Digitais	Alessandro Rodrigues Soares 73386200168	R\$ 4.598,00
Subscrição - Licenças do Pct. Adobe Creative + Office 365	Buysoft do Brasil Ltda	R\$ 11.300,00
MULTIP Rede Multiserviços LTDA - EPP	Firewall e Endpoint	R\$ 24.401,89
KTREE Serviços e Terceirização LTDA	Backup em Nuvem	R\$ 2.566,29
Acessórios e Suprimentos de TIC	Acessórios e Suprimentos de TIC	R\$ 14.067,34
<b>Total</b>		<b>R\$ 119.858,35</b>

Fonte: Planilha de Controle da GETEC, Demonstrações Contábeis e Financeiras 2021 e Contratos de Prestação de Serviços.

## Conformidade legal da gestão de TI

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, a ABGF observa a Política de Segurança da Informação, bem como os normativos de Segurança da Informação Lógica, Gestão de Acessos e Administração da Rede, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, Plano de Continuidade de Serviços de TIC e Gerenciamento de Backup.

Em 2021, conforme cronograma no primeiro semestre de 2021, todas as medidas foram adotadas para o cumprimento do Plano de Ação das recomendações apresentadas pela Auditoria Independente, a saber: i) ajuste redacional das normas, com o objetivo de torná-las mais objetivas as competências e as atividades no âmbito da tecnologia da informação; ii) revisão da Política de Segurança da Informação, essa norma contemplou em sua revisão a adequação a LGPD; iii) mapeamento de segregação de funções em sistemas; iv) definição de plano de contingência específico para processamento de dados; e v) atualizações de firewall.

## Modelo de governança de TI

O Modelo de Governança de TI da ABGF, alinhado ao Modelo de Governança Corporativo da ABGF, é composto pelo Comitê de Tecnologia da Informação, órgão consultivo, que tem como finalidade definir prioridades para projetos e demandas de TI, monitorar a execução dos projetos e níveis de serviço de TI quanto à capacidade e disponibilidade, bem como promover o alinhamento das áreas de negócios com a área de tecnologia.

Em 2021, as principais decisões tomadas foram relacionadas às implementações das soluções de segurança, atualizações de normativos e desenvolvimento do Módulo de Atuários no SGS.

Compõe ainda o Modelo de Governança, a Comissão de Segurança da Informação, responsável pela proposição de alterações em normas e políticas relacionadas ao tema, pelo assessoramento na implementação de ações de segurança da informação, e manifestar-se, preliminarmente, ao Comitê de TI, quanto a projetos e demandas de TI que envolvam segurança da informação.

No exercício de 2021, a Comissão se dedicou principalmente no acompanhamento das implementações das soluções de segurança, na implementação da LGPD na ABGF e a manutenção de todo o suporte tecnológico, tendo em vista que a Empresa permaneceu o ano de 2021 em regime de teletrabalho.

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) 2021-2025 foi aprovado em fevereiro de 2021, e contemplou os seguintes objetivos estratégicos: i) Assegurar, com qualidade, a continuidade dos serviços de TIC; ii) Assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações processadas e armazenadas na infraestrutura de TIC; iii) Fortalecer a conformidade nas soluções de TIC; iv) Incentivar a disseminação de conhecimento e cultura da segurança da informação e proteção de dados. Destaca-se que durante o exercício de 2021, o PETIC foi executado conforme aprovado.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2025, também aprovado em fevereiro de 2021, foi revisado em dezembro para ajustá-lo as necessidades da Empresa.

## Principais iniciativas e resultados área de TI

### **Desenvolvimento do Módulo de Ressarcimento/ Recuperação Atuários no Sistema de Gerenciamento de Sinistros -SGS**

Em 2021 foi dado o início do desenvolvimento do Módulo de Regulação de Sinistros e foi concluído também o desenvolvimento do Módulo de Ressarcimento/ Recuperação que é responsável pelo controle das negociações e valores ressarcidos ao FGE, quando o devedor é privado.

Em 2021 também foi concluída a primeira etapa de desenvolvimento do Módulo de Atuários, este módulo realizará a extração dos indicadores, que são utilizados em cálculos atuariais.

A sistematização desses módulos permitirá informações mais precisas e rápidas e também auxiliará na formação de base de dados para controle e gestão das áreas envolvidas e a implementação das soluções de Segurança da Informação.

Face aos crescentes ataques às infraestruturas de TIC do Governo Federal e a implementação da LGPD na ABGF, em 2021, foi implementado uma nova solução de Firewall, com aquisição de soluções de Endpoint, Intrusion Prevention System – IPS, Web Application Firewall – WAF e Data Loss Prevention - DLP. Com as novas soluções, além de modernas a segurança lógica aumentou significativamente.

## Segurança da Informação

Relacionado à Segurança da Informação, o desafio foi implementar as novas soluções de segurança e em paralelo foi realizada a revisão geral de 04 (quatro) normativos relacionados à segurança, são eles: Normativo de Segurança da Informação Lógica; Normativo de Gestão de Acessos e Administração da Rede; Plano de Continuidade dos Serviços de TIC; e Normativo de Gerenciamento de Backup.

Ainda, sobre a à Segurança da Informação, o backup em nuvem foi implementado, o que permite realizar a guarda dos backups em infraestruturas fora do ambiente da Empresa, em consonância com as Boas Práticas para a Gestão da Segurança da Informação, e conforme recomendado pela ABNT NBR ISO/IEC 27002.

## Principais desafios e ações futuras

Para 2022 as ações e desafios convergem para prover soluções (sistemas e infraestrutura) que suportem as atividades da ABGF, enfatizando na melhoria contínua das soluções de segurança e no desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Sinistros (SGS).

# 7

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da ABGF foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976, a Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, que aprovam os pronunciamentos e interpretações contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão alinhadas às normas internacionais de contabilidade.

Mensalmente, os balancetes intermediários são acompanhados pela Administração da Empresa, por meio da Diretoria Executiva, e pelo Comitê de Auditoria Estatutário, sendo que as demonstrações trimestrais e anuais são apreciadas pelo Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis intermediárias e anuais são disponibilizadas no sítio da Empresa: <https://www.abgf.gov.br/sobre/demonstrativos-contabeis/>

As demonstrações contábeis da ABGF são revisadas por auditores independentes em cumprimento ao art. 177, § 3º da Lei nº 6.404/1976, e art. 7º da Lei nº 13.303/2016. Os demonstrativos foram auditados pela BDO-RCS Auditores Independentes SS, cujo parecer afirma que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa no exercício, sem ressalvas.

Os serviços de natureza contábil e tributária são efetuados pela Gerência de Contabilidade, subordinada à Gerência Executiva Administrativa e Financeira, da Diretoria Administrativa e Financeira, composto por um Contador, um analista contábil e um assistente de contabilidade, responsáveis pela escrituração, normatização e evidenciação do patrimônio da Empresa e dos fundos por ela administrados.

O Quadro abaixo apresenta os responsáveis e o período de atuação:

Nome	Cargo	Período de Atuação
Octávio Luiz Bromatti	Diretor Administrativo e Financeiro, interino	01/01/2021 a 31/12/2021
Eugênio Manoel de Araújo Dias	Gerente Executivo Administrativo e Financeiro	01/01/2021 a 31/12/2021
Luiz Carlos e Silva	Gerente de Contabilidade/Contador	01/01/2021 a 31/12/2021

Fonte: GEAFI/GAFIN e GEGOV

## Declaração do Contador

As Demonstrações Contábeis da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. relativas ao exercício de 2021 foram elaboradas em consonância com a Lei nº 6.404/1976, as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas aplicáveis.

Declaro que as Demonstrações Contábeis de 2021: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Valor Adicionado, refletem adequada, integralmente e com fidedignidade a situação financeira e patrimonial da Companhia.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2021.

**Luiz Carlos e Silva**

**Contador Responsável**

CRC DF 013.783-0/8

CPF: 267.041.961-53

## Balanço Patrimonial

	NE	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>313.229.043</b>	<b>306.745.324</b>
<b>Disponível</b>	-5	<b>306.257.273</b>	
Caixa e Bancos		2.639	
Equivalentes de Caixa - Investimentos		306.254.634	
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>6.786.393</b>	
Títulos e Créditos a Receber	-6	1.469.885	
Tributos a recuperar / compensar	-7	5.316.508	
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>28.723</b>	
Outros Valores	-8	28.723	
<b>Despesas Antecipadas</b>	-9	<b>156.654</b>	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.041.438</b>	<b>1.575.544</b>
<b>Investimentos</b>		<b>78.905</b>	
Investimentos em cotas de fundos garantidores	-10	78.905	
<b>Imobilizado</b>	(11.1)	<b>898.688</b>	
Bens Móveis		480.389	
Outras Imobilizações		418.299	
<b>Intangível</b>	(11.2)	<b>63.845</b>	
Outros Intangíveis		63.845	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>314.270.481</b>	<b>308.320.868</b>
	NE	2021	2020
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>12.099.988</b>	<b>6.907.298</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>12.099.988</b>	<b>6.907.298</b>
Obrigações a Pagar	-12		5.299.849
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	-13		430.571
Encargos Trabalhistas	-14		1.059.304
Impostos e Contribuições	-15		117.574
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>115.862</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>			<b>115.862</b>
Tributos Diferidos	-15		8.326
Passivos Contingentes	-24		107.536
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	-16		<b>301.297.708</b>
Capital Social		237.370.917	237.370.917
Reserva Legal		5.489.504	4.943.757
Reserva Estatutária		58.966.871	58.966.871
Outros Resultados Abrangentes	(16.c)	18.279	16.163
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>314.270.481</b>	<b>308.320.868</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstração do Resultado

	NE	2021	2020
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES</b>	-17	<b>17.670.005</b>	<b>15.458.512</b>
Receitas de Prestação de Serviços		20.606.420	18.028.434
(-) Deduções de Receita de Serviços		-2.936.415	-2.569.922
<b>(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS COM FUNDOS GARANTIDORES</b>	-18	<b>-11.598.542</b>	<b>-12.569.063</b>
Outros Custos Administrativos	-19	-1.844.358	-2.072.280
Pessoal	-20	-9.754.184	-10.496.783
<b>(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES</b>		<b>6.071.463</b>	<b>2.889.449</b>
<b>(=) RECEITAS DE SERVIÇOS COM FUNDOS E PRÊMIOS GANHOS</b>		<b>6.071.463</b>	<b>2.889.449</b>
<b>(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		<b>-2.932.298</b>	<b>-2.542.186</b>
Despesas Administrativas	-19	-733.421	-592.749
Despesas com Pessoal	-20	-2.198.877	-1.949.437
<b>(-) DESPESAS COM TRIBUTOS</b>	-22	<b>-672.614</b>	<b>-664.033</b>
<b>(-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	-23	<b>12.630.823</b>	<b>7.902.327</b>
RECEITAS FINANCEIRAS			
Receitas financeiras - demais		12.678.954	8.045.296
DESPESAS FINANCEIRAS			
Despesas financeiras		-48.131	-142.969
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>15.097.374</b>	<b>7.585.557</b>
<b>(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>15.097.374</b>	<b>7.585.557</b>
<b>(-) IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>-3.028.665</b>	<b>-1.548.715</b>
<b>(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>-1.153.759</b>	<b>-580.100</b>
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>10.914.950</b>	<b>5.456.742</b>
<b>DIVIDENDOS/JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	(16.d)	<b>10.369.205</b>	<b>5.183.905</b>
<b>(/) QUANTIDADE DE AÇÕES</b>		<b>50.000</b>	<b>50.000</b>
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>		<b>218,3</b>	<b>109,1</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstração do Resultado Abrangente

	NE	2021	2020
<b>Lucro do período</b>	(16.d)	<b>10.914.950</b>	<b>5.456.742</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>			
Cotas de Fundos Garantidores		2.116	3.525
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>10.917.066</b>	<b>5.460.267</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	NE	Capital Social	Reservas		Resultados Abrangentes	Resultados Acumulados	Total
			Reserva Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		<b>237.370.917</b>	<b>4.568.647</b>	<b>67.148.670</b>	<b>12.638</b>	<b>-</b>	<b>309.100.872</b>
Lucro Líquido do Exercício	(16.d)					5.456.742	5.456.742
Reversão de Reserva Estatutária ao Lucro, atribuído aos Dividendos Propostos	(16.d)			-8.079.526			-8.079.526
Reversão de Reserva Estatutária ao Lucro, atribuído à Reserva Legal			102.273	-102.273			-
<b>Destinação do Lucro Líquido do Exercício</b>							
Constituição de Reserva Legal			272.837			-272.837	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio	(16.d)					-1.295.976	-1.295.976
Pagamento de Dividendos Excedentes ao Mínimo						-3.887.929	-3.887.929
<b>Resultados Abrangentes</b>							
Outros Resultados Abrangentes	(16.c)				3.525		3.525
<b>Saldos em 31/12/2020</b>		<b>237.370.917</b>	<b>4.943.757</b>	<b>58.966.871</b>	<b>16.163</b>	<b>-</b>	<b>301.297.708</b>
Lucro Líquido do Exercício	(16.d)					10.914.950	10.914.950
<b>Destinação do Lucro Líquido do Exercício</b>							
Constituição de Reserva Legal			545.747			-545.747	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio	(16.d)					-2.592.301	-2.592.301
Pagamento de Dividendos Excedente ao Mínimo						-7.776.902	-7.776.902
<b>Resultados Abrangentes</b>							
Outros Resultados Abrangentes	(16.c)				2.116		2.116
<b>Saldos em 31/12/2021</b>		<b>237.370.917</b>	<b>5.489.504</b>	<b>58.966.871</b>	<b>18.279</b>	<b>-</b>	<b>301.845.571</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	NE	2021	2020
<b><u>Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais</u></b>			
<b>Lucro do exercício</b>		<b>10.914.950</b>	<b>5.456.742</b>
Ajustes para conciliar o Resultado e as Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais:			
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e/ou JCP distribuídos		47.433	131.910
Reforço (Reversão) de provisão para passivos contingentes		207.969	107.536
Depreciação/Amortização/Ajuste Valor Recuperável	(11.1-c) e (11.2-c)	<u>537.313</u>	<u>627.986</u>
<b>Variações nos ativos</b>			
Redução de contas a receber de clientes		-100.078	-124.757
Aumento de tributos a Recuperar	-7	3.437.845	614.990
Redução de outros Créditos		<u>-50.777</u>	<u>-47.624</u>
<b>Variações nos passivos</b>			
Aumento (redução) de fornecedores/contas a pagar		32.541	-120.216
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais		-114.848	253.627
Aumento (redução) de obrigações fiscais e tributárias	-15	<u>89.699</u>	<u>-14.539</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b><u>15.002.047</u></b>	<b><u>6.885.655</u></b>
<b><u>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</u></b>			
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
<b><u>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</u></b>			
Dividendos/JCP pagos no exercício		-5.231.338	-10.256.887
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de Financiamentos</b>		<u>-5.231.338</u>	<u>-10.256.887</u>
<b><u>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</u></b>		<b><u>9.770.709</u></b>	<b><u>-3.371.232</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		296.486.565	299.857.797
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	-5	<u>306.257.274</u>	<u>296.486.565</u>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b><u>9.770.709</u></b>	<b><u>-3.371.232</u></b>
<b><u>Movimentação que não afetam caixa:</u></b>			
Remuneração aos acionistas	(16.d)	10.369.203	1.295.976
Constituição (baixa) de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo		1.090	1.816
Baixa de Ativos mediante redução de participação		3.207	5.341

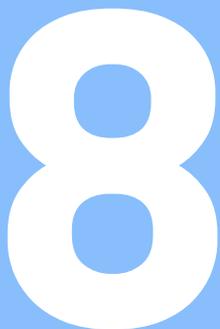
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstração do Valor Adicionado

	NE	2021	2020
<b>1 – RECEITAS</b>		<b>20.607.692</b>	<b>18.029.145</b>
1.1) Vendas de serviços	-14	20.606.420	18.028.434
1.2) Outras receitas	(12.b)	1.272	711
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos tributos – ISS, PIS/Pasep e COFINS)</b>		<b>4.296.528</b>	<b>3.899.705</b>
2.1) Tributos sobre os serviços vendidos	-14	2.936.415	2.569.922
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.360.113	1.329.783
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		<b>16.311.164</b>	<b>14.129.440</b>
<b>4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	-16	<b>538.585</b>	<b>628.697</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		<b>15.772.579</b>	<b>13.500.743</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>12.678.954</b>	<b>8.045.296</b>
6.2) Receitas financeiras	-19	12.678.954	8.045.296
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		<b>28.451.533</b>	<b>21.546.039</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)</b>		<b>28.451.533</b>	<b>21.546.039</b>
8.1) Pessoal		<b>10.255.359</b>	<b>10.604.691</b>
8.1.1 – Remuneração direta		8.860.360	9.249.671
8.1.2 – Benefícios		858.972	831.694
8.1.3 – FGTS		536.027	523.326
8.2) Impostos, taxas e contribuições		<b>6.443.004</b>	<b>4.534.099</b>
8.2.1 – Federais		6.402.101	4.319.655
8.2.3 – Municipais		40.903	214.444
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		<b>838.218</b>	<b>950.507</b>
8.3.1 – Juros		50.627	201.165
8.3.2 – Aluguéis		787.591	749.342
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		<b>10.914.952</b>	<b>5.456.742</b>
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	(12.d)	10.369.205	5.183.905
8.4.2 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		545.747	272.837

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

As informações contábeis completas, notas explicativas e relatório de auditoria independente podem ser consultadas por meio do sítio eletrônico: <https://www.abgf.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/DFCs-Completa.pdf>



# ADMINISTRAÇÃO

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Octávio Luiz Bromatti**

Presidente

**Helena Mulim Venceslau**

Diretora de Garantias

**Octávio Luiz Bromatti**

Diretor Administrativo-Financeiro, interino

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Pedro Maciel Capeluppi**

Presidente

Membros:

**Gabriela de Souza Valente**

**Juliana Maria de Almeida Barros**

**Edson Leonardo Dalescio Sá Teles**

**Rafael Bicca Machado**

## CONSELHO FISCAL

**Eduardo Coutinho Guerra**

Presidente

Membros:

**Rodrigo Rodrigues Tiraboschi**

**Jorge Seif Junior**